

PROCESSO Nº 1496/2001

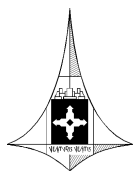
INFORMAÇÃO Nº 400/2002

APENSOS Nºs 040.002.392/2001, 728/2001, 733/2001 e 1275/2002

- TOMADA DE CONTAS ANUAL - Ordenador de Despesas
- EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2000
- ÓRGÃO: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (inclusive Fundo de Saúde do CBMDF)

1. RESPONSÁVEL (EIS):

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO DE GESTÃO
Benjamim Ferreira Bispo	Comandante-Geral/Gestor do Fundo de Saúde	01.01 a 14.03, 18.03 a 22.03 e 27.03 a 09.04.2000
Juarês Barbosa de Assunção	Comandante-Geral/Gestor do Fundo de Saúde (Substituto)	15.03 a 17.03, 23.03 a 26.03, 03.07 a 09.07 e 24.10 a 28.10.2000
Oscar Soares da Silva	Comandante-Geral/Gestor do Fundo de Saúde	10.04 a 11.04, 16.04 a 13.05, 20.05 a 25.06, 29.06 a 02.07, 10.07 a 23.10, 29.10 a 27.11 e 03.12 a 31.12.2000
João Fernandes da Silva Neto	Comandante-Geral/Gestor do Fundo de Saúde (Substituto)	12.04 a 15.04, 14.05 a 19.05 e 28.11 a 02.12.2000
José Nilton Matos	Comandante-Geral/Gestor do Fundo de Saúde (Substituto)	26.06 a 28.06.2000
Sossígenes de Oliveira Filho	Diretor de Finanças	01.01 e 02.01.2000
João Roberto de Oliveira Barroso	Diretor de Finanças (Respondendo)	03.01 a 02.02.2000
César Correia Pereira	Diretor de Finanças	03.02 a 12.03 e 18.03 a 25.07.2000



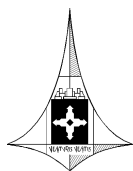
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - DIVISÃO DE CONTAS

FL. 214
PROC. 1496/01

RUBRICA

Luiz Carlos Ribeiro da Silva	Diretor de Finanças (Respondendo)	13.03 a 17.03.2000
Sérgio Apolônio da Silva	Diretor de Finanças	26.07 a 30.07 e 03.10 a 31.12.2000
Marco Antônio Chagas	Diretor de Finanças (Substituto)	31.07 a 31.08.2000
Cildo Laurindo de Brito	Diretor de Finanças (Substituto)	01.09 a 02.10.2000
José Abidia da Silva	Diretor de Apoio Logístico	01.01 e 02.01.2000
Ricardo Telmo Sieiro Soares	Diretor de Apoio Logístico	03.01 a 08.03 e 08.04 a 11.04.2000
Haroldo Machado Ferreira Junior	Diretor de Apoio Logístico (Substituto)	09.03 a 07.04 e 17.04 a 23.04.2000
Juarês Barbosa de Assunção	Diretor de Apoio Logístico	13.04 a 16.04, 24.04 a 15.09 e 01.10 a 11.12.2000
Paulo Fernandes	Diretor de Apoio Logístico Diretor de Apoio Logístico (Respondendo)	12.12 a 31.12.2000 16.09 a 30.09.2000
Antônio Clemente de Oliveira	Chefe da Subseção de Tesouraria	01.01 a 09.07, 17.07 a 23.09 e 29.09 a 31.12.2000
Tadeu Ribeiro do Amaral	Chefe da Subseção de Tesouraria (Substituto)	10.07 a 16.07 e 24.09 a 28.09.2000

Fonte: demonstrativos de fs. 16/27 do Processo nº 040.002.392/2001-apenso.



RUBRICA

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS MOVIMENTADOS PELOS RESPONSÁVEIS:

2.1 - UG 220104 - CBMDF

R\$

CRÉDITO/DESPESA	VALOR	VALOR
a) CRÉDITOS:		
- Orçamentários (Dotação Inicial)	290.614.000,00	
- Adicionais (Créditos Suplementares e Especiais)	80.077.391,00	
- Cancelamento de Dotação	(34.918.639,00)	
- Contenção de Crédito	(111.800.000,00)	
b) DESPESA EMPENHADA:		
- Despesa Liquidada *		218.650.494,73
- Despesa inscrita em "Restos a Pagar Não Processados"		4.305.026,67
c) SALDO ORÇAMENTÁRIO		1.017.230,60
TOTAL	223.972.752,00	223.972.752,00

* inclusive a despesa inscrita em "Restos a Pagar Processados".

Fonte: Balancete da Unidade, fs. 33/53 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso.

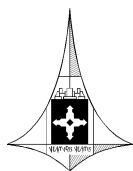
2.2 - UG 220902 - Fundo de Saúde do CBMDF

R\$

CRÉDITO/DESPESA	VALOR	VALOR
a) CRÉDITOS:		
- Orçamentários (Dotação Inicial)	1.703.000,00	
- Adicionais (Créditos Suplementares)	225.030,00	
b) DESPESA EMPENHADA:		
- Despesa Liquidada *		1.371.008,38
- Despesa inscrita em "Restos a Pagar Não Processados"		191.649,02
c) SALDO ORÇAMENTÁRIO		365.372,60
TOTAL	1.928.030,00	1.928.030,00

* inclusive a despesa inscrita em "Restos a Pagar Processados".

Fonte: Balancete da Unidade, fs. 255/263 do Processo nº 040.002.392/2001-apenso.



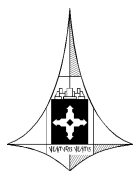
RUBRICA

3. PROGRAMA DE TRABALHO ORÇAMENTÁRIO:

3.1 - UG 220104 - CBMDF

R\$

ESPECIFICAÇÃO	EMPENHADO	% DO VALOR ORÇADO
06.122.0100.2712.0001 Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	5.258.750,60	92,15
06.122.0100.2713.0001 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	776.292,63	98,70
06.122.0100.2714.0001 Manutenção de Serviços de Transportes	2.326.603,55	98,32
06.122.0100.8502.0092 Administração de Pessoal	134.017.536,66	99,99
06.122.0100.8504.0026 Concessão de Benefícios a Servidores	3.477.940,79	99,99
06.126.0100.2623.0001 Ações de Informática	252.047,40	99,99
06.128.0100.1893.0001 Manutenção das Brigadas Mirins	0,00	*
06.182.0100.1896.0001 Reforma e Ampliação do Colégio Dom Pedro II	85.297,98	99,70
06.182.0800.1216.0001 Reequipamento e Reaparelhamento de Unidades Operacionais do CBMDF	3.677.928,97	97,32
06.182.0800.1216.0027 Equipamentos e Materiais Permanentes para o Colégio Dom Pedro II	60.518,10	99,99
06.182.0800.1216.0028 Aquisição de Máscaras de Alta Qualidade para os Bombeiros Militares do DF	0,00	*
06.182.0800.1895.0001 Construção de Unidade da Brigada Mirim na Ceilândia	0,00	*
06.182.0800.1895.0002 Construção do Quartel do CBMDF em Águas Claras	0,00	*
06.182.0800.2624.0001 Atendimento Pré-Hospitalar e Salvamento	398.265,51	49,23



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - DIVISÃO DE CONTAS

FL. 217
PROC. 1496/01

RUBRICA

ESPECIFICAÇÃO	EMPENHADO	% DO VALOR ORÇADO
09.272.0000.9025.0001 Pagamentos de Inativos e Pensionistas do CBMDF	72.624.339,21	99,99
TOTAL	222.955.521,40	99,55

* Houve cancelamento da dotação inicial

Fonte: documento de f. 29 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso e Demonstrativo da Execução da Despesa por Programa de Trabalho, acostado às fs. 95/101 do referido apenso.

3.2 - UG 220902 - Fundo de Saúde do CBMDF

R\$

ESPECIFICAÇÃO	EMPENHADO	% DO VALOR ORÇADO
06.302.0400.2103.0001 Assistência Médica a Dependentes	1.562.657,40	81,05
TOTAL	1.562.657,40	81,05

Fonte: Demonstrativo da Execução da Despesa por Programa de Trabalho, f. 271 do Apenso n.º 040.002.392/2001.

4. PRONUNCIAMENTOS DO CONTROLE INTERNO:

4.1 A presente TCA foi apresentada mediante o Processo n.º 040.002.392/2001, apenso. Às fs. 03 a 15 deste, o Núcleo de Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas/GTC/DGC/SUFIN/SEFP, na qualidade de organizador destas Contas, emitiu relatório conclusivo informando que os responsáveis observaram os limites dos créditos orçamentários que foram alocados às Unidades Gestoras 220104 – CBMDF e 220902 – Fundo de Saúde do CBMDF.

4.2 Da análise dos fatos apontou para os seguintes aspectos relevantes:

- subitem 6.4 – o demonstrativo juntado à f. 114 do Processo n.º 040.002.392/2001 - apenso, em cumprimento ao disposto no art. 140, inciso V, do RI/TCDF, evidencia que a Unidade concedeu suprimimento de fundos, no exercício de 2000, aos servidores relacionados no citado documento.



RUBRICA

Ressaltou, também, que as Contas dos servidores Antônio Sardinha da Costa e Rogério Ribeiro Alvarenga foram aprovadas pela Gerência de Tomada de Contas/DGC/SUFIN/SEFP. Acrescentou, ainda, que, quanto aos demais supridos, os processos de prestação de contas correspondentes foram encaminhados a este Tribunal;

- subitem 6.6 – constam dos autos da presente TCA os Demonstrativos das Tomadas de Contas Especiais encerradas, instauradas e em andamento no exercício de 2000 (fs. 122/243 do Apenso n.º 040.002.392/2001), elaborados e encaminhados pela Unidade, em atendimento ao que preconiza a Resolução nº 102/98 – TCDF, acompanhados dos respectivos pronunciamentos da Comissão de Tomada de Contas Especial do CBMDF;
- subitem 6.7 - foram verificadas inscrições nas contas contábeis 112290100 - Pagamentos Indevidos, 112290500 - Responsáveis por Danos – Em apuração e 112291100 – Suprimentos de Fundos Não Comprovados. Por meio do Processo nº 040.001.724/2001, a Gerência de Tomada de Contas da Diretoria Geral de Contabilidade/SUFIN/SEFP acompanha as referidas inscrições, em consonância com o disposto no art. 41 do Decreto n.º 16.098/94;
- subitem 6.9 – a Unidade ainda não havia encaminhado o processo atinente ao Inventário Físico Patrimonial, apesar dos esforços do Departamento Geral de Patrimônio/SUFIN/SEFP e da Subsecretaria de Finanças, conforme espelha o Ofício n.º 146/2001 – SUFIN/SEFP (cópia à f. 254 do Processo n.º 040.002.392/2001 – apenso);
- subitem 6.10 – em cumprimento ao que dispõe o art. 140, inciso III, do RI/TCDF constam, às fs. 284/387 do apenso retromencionado, os demonstrativos referentes à Conciliação Bancária da conta corrente n.º 801.175-1 do Fundo de Saúde do CBMDF, dentre outras mantidas pelo GDF junto ao BRB, acompanhados dos respectivos memorandos bancários.



RUBRICA

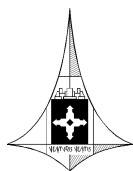
4.3 Concluiu, então, pela regularidade das Contas dos responsáveis arrolados na presente TCA, ressaltando-se as irregularidades apontadas nos subitens 6.7 e 6.9 do Relatório em comento, bem como os processos de TCE e de notificações (expedidas com base no art. 41 do Decreto nº 16.098/94), porventura existentes, os quais seriam objeto de análise à parte.

4.4 Às fs. 432 e 433 do Apenso n.º 040.002.392/2001, o Núcleo de Órgãos Autônomos/GCAC/DGC/SEFP emitiu o pronunciamento preconizado no art. 140, inciso VI, do RI/TCDF, informando que os registros contábeis foram efetuados de acordo com o que estabelecem as Normas de Execução Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Contábil do Governo do Distrito Federal (Decreto n.º 16.098/94), as Normas Brasileiras de Contabilidade (Resolução n.º 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade) e a Lei n.º 4.320/64.

4.4.1 Ressaltou, porém, que os saldos registrados na conta contábil 211130200 (IRRF de Terceiros PF/PJ) ainda não haviam sido regularizados, em que pese as solicitações contidas nas mensagens acostadas às fs. 427/431 do aludido apenso.

4.5 À f. 434 do apenso retrocitado, o Núcleo de Fundos Especiais/GCOC/DGC/SEFP, em atendimento ao disposto no art. 140, inciso VI, da Resolução n.º 38/90 – TCDF, consignou que os dados informados pela Gerência de Tomada de Contas, no que tange ao Fundo de Saúde do CBMDF, guardavam conformidade com os existentes em seus registros contábeis.

4.5.1 Assinalou, contudo, que, de acordo com o art. 41 do Decreto n.º 16.098/94, a Unidade Gestora 220902 (Fundo de Saúde do CBMDF) foi notificada, por meio do Ofício n.º 09/2001, de 19.01.2001, e da Mensagem n.º 2559, de 19.06.2001, no sentido de adotar providências quanto



RUBRICA

à regularização das contas contábeis 211130200 – IRRF de Terceiros – PF/PJ e 211140200 – ISS Retenção, cujos saldos ainda permaneciam pendentes de regularização em junho/2001.

4.6 A Gerência de Tomada de Contas da Subsecretaria de Auditoria da SEFP emitiu o Relatório de Auditoria n.º 16/2002- GECET/DECON/SUAUD, fs. 436 a 472 do Processo n.º 040.002.392/2001- apenso, destacando as seguintes ressalvas e observações:

RESSALVAS

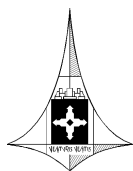
4.6.1 subitem III.1.1.1 - constatou-se divergência entre o saldo da conta 1.1.1.1.3.08.00 – Aplicação Financeira – “Fundo a Curto Prazo” (UG 220902, Gestão 22902) e o extrato bancário da conta 100.801.175-1 – GDF/CBMDF/Fundo de Saúde, do Banco de Brasília S. A., posição em 31/12/2000, conforme demonstrado no quadro a seguir:

(R\$)

CONTA	VALOR		DIFERENÇA
	REGISTRO CONTÁBIL	EXTRATO BANCÁRIO	
111130800-Fundo a Curto Prazo	454.831,30	457.052,23	(2.220,93)

4.6.1.1 Segundo a Gerência de Tomada de Contas da SEFP, a citada diferença é referente a rendimento de aplicação financeira não apropriado no exercício, o que contraria os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no que se refere aos Princípios da Oportunidade e da Competência, bem como o art. 89 da Lei nº 4.320/64;

4.6.2 subitem III.1.1.2 – verificou-se, por meio da análise do saldo existente, em 31.12.2000, na conta 112290500 – Responsáveis por Danos, no valor de R\$ 274.622,91, que o CBMDF não efetuou a baixa contábil mensal referente aos valores descontados em folha de pagamento dos



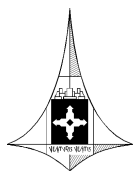
RUBRICA

servidores responsabilizados, bem como deixou de registrar outros direitos a receber, ocasionando distorção nos dados apresentados no Balanço Patrimonial, além de contrariar os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do CFC e os arts. 88 e 89 da Lei nº 4.320/64, conforme evidenciado no quadro apresentado à f. 438 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso;

4.6.3 subitem III.1.1.3 – os créditos a receber de diversos órgãos e entidades públicas federais, relativos às prestações de serviços especializados de prevenção de incêndio e acidentes, salvamento e primeiros socorros, não estavam contabilizados em 31.12.2000, consoante espelha o quadro de f. 439 do apenso retromencionado, contrariando, portanto, o preconizado nos arts. 6º e 9º da Resolução n.º 750/93 do CFC e nos arts. 88 e 89 da Lei n.º 4.320/64;

4.6.4 subitem III.1.1.4 – as parcelas descontadas em folha de pagamento, referentes a débitos de servidores militares, não foram atualizadas monetariamente, segundo demonstrado no quadro de f. 439 do aludido apenso, contrariando a determinação contida na Decisão n.º 3.993/98 desta Corte, bem assim a Lei n.º 1.118, de 21.06.96;

4.6.5 subitem III.1.1.5 - em análise ao saldo da conta 112299900 – Outras Responsabilidades, no valor de R\$ 8.835,94, detectou-se que a Jurisdicionada não efetuou a baixa contábil determinada pelo Tribunal por meio da Decisão n.º 9.887/2000, adotada no Processo de TCE n.º 053.000.893/98, que tratou da falta de retenção e recolhimento do ISS na fonte sobre os prestadores de serviços. De acordo, também, com o órgão de auditoria do controle interno, este procedimento ocasionou distorções nos valores apresentados nas demonstrações contábeis, além de contrariar os arts. 6º e 9º da Resolução n.º 750/93 – CFC e os arts. 89 e 93 da Lei n.º 4.320/64;



RUBRICA

4.6.6 subitem III.1.1.6 – o CBMDF deixou de incorporar e contabilizar, no exercício de 2000, as edificações e benfeitorias realizadas no imóvel descrito a seguir:

ENDEREÇO	TERRENO		EDIFICAÇÃO		OCUPAÇÃO
	ÁREA (M ²)	VALOR (R\$)	ÁREA (M ²)	VALOR (R\$)	
SAI/Sudoeste Área 01 Asa Sul	20.000	102.641,00	1.186,17	332.127,60	1ª Cia Regional de Incêndio

4.6.6.1 Ressaltou-se que este procedimento contrariou o art. 2º do Decreto n.º 16.109, de 01/12/94, o art. 6º da Resolução n.º 750/93 do CFC, bem como os arts. 89, 93, 94 e 95 da Lei n.º 4.320/64;

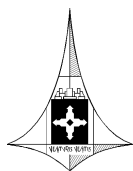
4.6.7 subitem III.1.1.7 – apurou-se uma divergência entre o saldo de bens móveis registrado, em 31.12.2000, na contabilidade e o valor correspondente, constante do Inventário Patrimonial, conforme demonstrado no quadro a seguir:

(R\$)

DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL	SALDO DO INVENTÁRIO	DIFERENÇA
Bens Móveis	8.799.866,78	8.738.161,83	61.704,95

4.6.8 subitem III.1.1.8 – a Comissão Inventariante, nomeada nos Boletins Gerais n.ºs 226/00, 026/01, 052/01 e 065/01, para proceder ao levantamento do Inventário Patrimonial do CBMDF, referente ao exercício de 2000, constatou que diversos bens móveis não estavam relacionados na Carga Geral do Órgão, conforme espelha a listagem com as quantidades desses bens apresentada à f. 441 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso;

4.6.9 subitem III.1.1.9 – a Comissão de Inventário Físico Anual de 2000, incumbida do levantamento dos bens patrimoniais da Corporação, não localizou diversos bens móveis, segundo quantificado na relação constante às fs. 441 e 442 do aludido apenso;

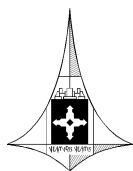
RUBRICA

4.6.10 subitem III.1.1.10 – a Comissão designada para proceder ao Inventário Patrimonial de 2000 detectou a existência de diversos bens móveis sem afixação de plaqueta com o número de tombamento, consoante quantidade demonstrada no quadro de f. 442 do apenso retrocitado. Constatou-se, ainda, por meio de amostragem, que os bens de tombamento n.ºs 12566-00-370024947, A20597-00-370026606, A20599-00-370026608 e D00708-00-370027257, estavam, também, sem a referida plaqueta, contrariando o previsto no art. 14, parágrafo único, do Decreto n.º 16.109/94;

4.6.11 subitem III.1.1.11 – a Comissão Inventariante de Bens Patrimoniais de 2000 verificou a existência, na Unidade, de diversos bens com tombamento de outros Órgãos e, portanto, não incorporados ao acervo patrimonial do CBMDF e nem registrados contabilmente, conforme relação das quantidades dos referidos bens, por localização, que se encontram nessa situação, apresentada à f. 443 do multicitado apenso. Segundo o controle interno, este fato contrariou os arts. 10 e 14 do Decreto n.º 16.109/94 e os arts. 89, 94 a 96 da Lei n.º 4.320/64;

4.6.12 subitem III.1.1.13 – constatou-se que o CBMDF deixou de registrar, nas correspondentes contas de compensação do Ativo e do Passivo, os valores referentes aos convênios e aos contratos celebrados pela Unidade. Em seguida, o órgão de auditoria da SEFP apresentou, à f. 444 do Apenso n.º 040.002.392/2001, exemplos de alguns desses ajustes que deixaram de ser contabilizados, em desacordo com o art. 105, § 5º, da Lei n.º 4.320/64 e com a Decisão n.º 10.449/96-TCDF;

4.6.13 subitem III.1.1.14 – verificou-se que permanecia registrado, na conta contábil 1.9.9.7.4.01.04 – Convênios de Terceiros a Comprovar, o saldo de R\$ 367.144,92, relativo ao Convênio n.º 425/95, firmado entre o CBMDF e o Fundo Nacional de Saúde – MS, não obstante este órgão

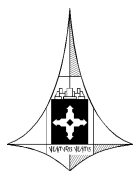
RUBRICA

concedente já ter aprovado a prestação de contas encaminhada pela Corporação, conforme pronunciamento emitido em 28.04.1998. O controle interno ressaltou, porém, que, segundo informações constantes do SIAFEM, o então Departamento Geral de Contabilidade – DGC/SUFIN não aprovou a prestação de contas do aludido ajuste;

4.6.14 subitem III.1.1.15 – constatou-se que não foram contabilizados os valores repassados ao CBMDF, no exercício de 2000, pelos órgãos/entidades convenientes, em razão da prestação de serviços especializados de prevenção e combate a incêndio e acidentes pela citada Corporação. Assim, parte do saldo de R\$ 2.782.142,08, relativo aos Convênios n.ºs 165 e 1039/99, permaneceu registrada indevidamente na conta 199740103 – Convênios de Terceiros a Receber. Ressaltou-se, ainda, que as importâncias já recebidas deixaram de ser registradas na conta 199740104 – Convênios de Terceiros a Comprovar, contrariando o previsto no art. 105, § 5º, da Lei n.º 4.320/64;

4.6.15 subitem III.1.2.2 - detectou-se a falta de inscrição contábil de algumas despesas em Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados, bem assim a prestação de serviços sem a prévia emissão de nota de empenho, conforme demonstrado no quadro constante às fs. 446 e 447 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso.

4.6.15.1 Segundo o órgão de auditoria da SEFP, este fato contrariou os artigos 6º e 9º da Resolução n.º 750/93 do CFC, os arts. 61 e 89 da Lei n.º 4.320/64, bem como o art. 42 do Decreto n.º 16.098/94. Esclareceu, também, que existiam diversas obrigações de competência dos exercícios de 1999 e 2000 que não foram relacionadas no referido quadro. Acrescentou, ainda, que a causa principal das falhas retromencionadas foi a falta de atuação tempestiva dos executores e ordenadores de despesas em adequar os procedimentos ao disposto no Decreto n.º 21.650, de 26.10.2000. Ressaltou,

RUBRICA

por fim, que, em 31.12.2000, não constavam nos registros contábeis do CBMDF as dívidas contraídas de 1996 a 1999, no valor de R\$ 1.800.328,53, atinente a diárias, causando distorções nos balanços patrimoniais dos exercícios correspondentes, em desacordo com os arts. 6º e 9º da Resolução n.º 750/93 do CFC e o art. 89 da Lei n.º 4.320/64;

4.6.16 subitem III.2.4 - o CBMDF procedeu à contratação de empresas concessionárias, por meio de dispensa de licitação fundamentada no art. 24, inciso XVII, da Lei n.º 8.666/93, para a execução de serviços de revisão programada e eventual necessidade de reposição de peças nos veículos de sua frota. Verificou-se, contudo, que as propostas aceitas não apresentaram o menor preço, consoante espelha o quadro de f. 454 do Apenso n.º 040.002.392/2001, em desacordo com o disposto no art. 3º da Lei n.º 8.666/93;

4.6.17 subitem III.2.5 – constatou-se a ocupação e a exploração com fins comerciais de áreas internas da Corporação, sem que houvesse a cobrança de taxas de ocupação e a necessária formalização por meio de contrato de concessão de uso, cuja celebração deve ser precedida da realização do devido procedimento licitatório, conforme preconizado no art. 2º da Lei n.º 8.666/93.

4.6.17.1 Verificou-se, também, no subitem III.2.5.2, que houve a aquisição de peças, bem como a execução de serviços de conserto e manutenção em veículos da marca FIAT Ducato e Mercedes Benz SPRINTER, sem a realização prévia de licitação, conforme evidenciam os exemplos constantes do quadro de f. 456 do Apenso n.º 040.002.392/2001, haja vista que a dispensa concernente aos Processos n.ºs 053.000.115/2000 e 053.000.794/2000 foi adstrita à revisão programada;



RUBRICA

4.6.18 subitem III.2.6 – detectou-se que os valores faturados referentes à execução de serviços de revisão e de reposição de peças nas viaturas FIAT Ducato e Mercedes Benz foram superiores aos preços cotados pelas firmas contratadas (Bali Automóveis e Brasília Motors Ltda.), conforme demonstrado nos quadros apresentados à f. 457 do apenso retrocitado.

4.6.18.1 Constatou-se, ainda, que, na dispensa de licitação tratada no Processo n.º 053.000.614/2000, cujo objeto era a prestação de serviços de Estudo Eletrofisiológico e Ablação, a firma contratada (INCOR – Instituto do Coração de Taguatinga Ltda.) majorou o preço cotado inicialmente de R\$ 8.201,00 para R\$ 9.164,94, alegando que a proposta apresentada não incluía os honorários médicos correspondentes à internação em apartamento. Com isso, o valor total pago superou a importância cotada pelo concorrente;

4.6.19 subitem III.4.1 – a análise dos documentos relativos à concessão de diárias pelo CBMDF revelou a ocorrência de diversas impropriedades, que evidenciam a existência de fragilidade nos procedimentos de controle adotados, conforme a seguir:

- a) o Órgão autua um único processo, cujo número é utilizado para todas as concessões de diárias, formando blocos apartados, sem numeração seqüencial ou indicação do processo principal;
- b) ausência de informações nos autos de que o afastamento ocorreu no interesse da Administração, bem como de comprovação de que as diárias foram pagas a militares participantes de cursos compatíveis com as respectivas atividades desenvolvidas;
- c) não comprovação de participação e conclusão do curso/estágio, mediante apresentação do correspondente certificado;
- d) não foram apresentados os bilhetes alusivos às passagens de ida e de volta na documentação concernente à concessão de diárias;



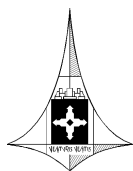
RUBRICA

- e) não restituição das diárias recebidas indevidamente pelos militares Alan Alexandre de Araújo, Edwin Aldrin Franco de Oliveira e Sérgio J. Lavers Hernandez. O primeiro por ter deixado de realizar a viagem a Curitiba/PR, relativa ao Curso de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais, e os demais porque receberam diárias em excesso, porquanto foram desligados do curso antes da data prevista para o regresso;
- f) ausência de relatório elaborado pelos participantes de cursos de aperfeiçoamento e de viagens de estudos, informando a programação e as atividades desenvolvidas;

4.6.20 subitem III.4.2 – verificou-se que o CBMDF efetuou o pagamento de ajuda de custo, cumulativamente com a concessão de diárias de alimentação e pousada, aos militares que freqüentaram o Estágio de Adaptação de Bombeiros em Região de Selva, ministrado em Manaus/AM, nos períodos de 08/03 a 08/04 (1ª Etapa) e de 12/07 a 12/08/2000, em desacordo com o previsto nos arts. 34, inciso III, 38 e 39 da Lei n.º 5.906/73, vigente à época, bem como o disposto no Parecer n.º 5.820/98, de 24.09.1998, da Procuradoria do Distrito Federal;

4.6.21 subitem III.4.3 – observou-se que o valor das diárias referentes ao Estágio de Adaptação à Caatinga, realizado em Petrolina/PE, no período de 18/08 a 28/08/2000, foi aumentado em 50% (ver quadro de f. 464 do Apenso n.º 040.002.392/2001), haja vista o disposto no Anexo II do Decreto nº 1.656/95, que prevê o citado acréscimo quando o deslocamento ocorrer para cidades com mais de 200.000 habitantes, o que, segundo o controle interno, não era o caso.

4.6.21.1 Constatou-se, ainda, a ocorrência de pagamento a maior de diárias aos participantes da viagem de estudo aos países de Portugal, Itália,



RUBRICA

França e Espanha, conforme demonstrado nos quadros constantes à f. 465 do apenso retrocitado;

4.6.22 subitem III.4.5 – foi verificado que o CBMDF concedeu diárias para a participação em eventos não enquadrados como serviços da Corporação, em desacordo com o previsto na Decisão nº 6.089/00 desta Corte, conforme a seguir:

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	VALOR (R\$)
6 th World Firefighters Games	Paris	06/07 a 13/07/00*	190.753,80
Especialização em Transplante de Medula Óssea	Rio de Janeiro/RJ	05/05/00 a 07/02/01	35.776,45 (**)

* As diárias foram calculadas a partir da data de afastamento – 26/06. De acordo com o relatório, o período que antecedeu ao evento, foi destinado a passeios e visitas.

** Valor referente ao período de 05/05 a 31/12/2000.

4.6.22.1 Acrescentou-se, também, que, nos processos de concessão de diárias para comparecimento de servidores a congressos, seminários, estágios ou cursos estavam ausentes a manifestação do interesse da Administração e a informação de que as atividades desenvolvidas pelos participantes eram compatíveis com os eventos;

4.6.23 subitem III.5.1 – constatou-se a ausência de controle das ligações telefônicas de caráter particular, em desacordo com o previsto no § 3º do art. 55 do Decreto n.º 16.098/94. Citou-se, como exemplo, duas ligações realizadas nos meses de julho e outubro de 2000, para os telefones 345-8834 e 234-0427, respectivamente.

4.6.24 subitem III.6.4 – detectou-se que as multas de trânsito referentes ao período de 1996 a 2000 não haviam sido pagas ao DETRAN e ao DER, contrariando a Portaria nº 04–SAT, de 05/02/92, segundo relação constante do quadro de f. 469 do Processo n.º 040.002.392/2001 – apenso.



Verificou-se, também, que o Órgão não registrava contabilmente as obrigações decorrentes das citadas infrações;

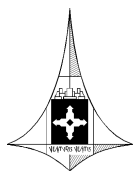
OBSERVAÇÕES

4.6.25 subitem III.1.1.12 – o CBMDF efetuou o recolhimento de 4.672 bens patrimoniais inservíveis ou de recuperação antieconômica apenas nos meses de maio e julho de 2000, portanto, fora do prazo de 15 (quinze) dias determinado no art. 40 do Decreto n.º 16.109, de 01/12/94;

4.6.26 subitem III.1.2.1 – a Unidade não adota procedimento sistemático de conciliação dos saldos contábeis registrados ao final do exercício, haja vista as pendências verificadas nas contas 211190000 – Outros Consignatários e 211110400 – INSS Serviços de Terceiros Pessoa Física e Jurídica, cujas regularizações dos valores de R\$ 17.537,59 e de 1.074,02, existentes, em 31.12.2000, nas citadas contas, respectivamente, só ocorreram em 13.09.2001;

4.6.27 subitem III.1.2.3 – constatou-se, por meio de amostragem realizada nos empenhos inscritos em restos a pagar não processados, que os valores constantes das Notas Fiscais/Faturas, relacionadas no quadro apresentado à f. 448 do Apenso n.º 040.002.392/2001, deveriam estar registrados na conta 212160101 – Restos a Pagar Processados, vez que as despesas correspondentes já haviam passado pelo estágio da liquidação, conforme preceituam os parágrafos 1º e 2º do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

4.6.28 verificou-se a ocorrência de diversas impropriedades relacionadas com o descumprimento da legislação que rege as licitações e sua dispensa ou inexigibilidade, conforme a seguir:

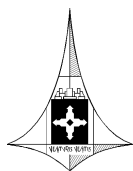


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - DIVISÃO DE CONTAS

FL. 230
PROC. 1496/01

RUBRICA

SUBITEM	PROCESSOS Nº	OBSERVAÇÃO
III.2.1.1	053.000.813/2000 053.000.915/2000	• processos com diversos documentos sem numeração seqüencial, em desacordo com o previsto no art. 38 da Lei n.º 8.666/93.
III.2.1.2	053.000.165/2000 053.000.163/2000 053.000.157/2000 053.000.158/2000 053.000.115/2000 053.000.794/2000	• contratação de empresa para prestação de serviços, sem projeto básico aprovado pela autoridade competente, em desacordo com o que dispõe o art. 7º da Lei n.º 8.666/93. No Processo n.º 053.000.019/2000, observou-se a necessidade de elaboração do projeto básico, mas este deixou de ser aprovado pela autoridade competente.
III.2.1.3	053.000.165/2000 053.000.163/2000 053.000.157/2000 053.000.158/2000 053.000.115/2000	• contratação por dispensa de licitação, sem observar o cumprimento do previsto no art. 14 da citada Lei de Licitações, no que se refere à indicação de crédito orçamentário para fazer face à despesa total a ser realizada.
III.2.1.4	053.000.543/2000	• ausência de pesquisa de preços de mercado no Convite n.º 05/00, relativo à contratação de seguro aeronáutico, no valor de R\$ 80.000,00, contrariando o art. 43, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93 e a Decisão n.º 15.862/95 do TCDF.
III.2.1.5	053.000.543/2000 053.000.813/2000	• realização de licitação na modalidade convite com menos de três propostas válidas, vez que apenas as empresas contratadas apresentaram propostas para os Convites n.ºs 05 e 08/2000, em desacordo com a Decisão nº 8.896/96.
III.2.1.6	053.000.128/2000 053.000.614/2000 053.000.915/2000	• contratação da execução de serviços de tratamento odontológico na área de prótese, no valor de R\$ 7.970,14, e de Estudo Eletrofisiológico e Ablação, no valor de R\$ 9.164,94, por inexigibilidade de licitação, quando existia viabilidade de competição, porquanto constavam dos referidos processos propostas de outros profissionais/empresas. Ressaltou-se, também, que os serviços relativos ao Estudo Eletrofisiológico foram, posteriormente, contratados por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, conforme Processo n.º 053.000.915/2000.
III.2.1.7	053.000.472/2000 053.000.499/2000	• as minutas dos editais de licitação referentes às Concorrências n.ºs 001 e 002/2000 não foram previamente examinadas e aprovadas pelo órgão jurídico da Administração, ou seja, a Procuradoria Geral do Distrito Federal. Acrescentou que os aludidos documentos foram apreciados pelo Setor de Assessoria do Comandante, informalmente denominado de Seção de Assessoria Jurídica – SAJUR, porquanto não constava da estrutura organizacional do CBMDF.
III.2.1.8	053.000.218/2000 153.000.019/2000 053.000.205/2000 053.000.165/2000 053.000.163/2000	• constatou-se, em processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, a ausência de comprovação de que os preços das contratadas eram compatíveis com os praticados no mercado, bem assim a falta de justificativa para esses preços, contrariando o disposto nos arts. 24,

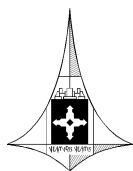


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - DIVISÃO DE CONTAS

FL. 231
PROC. 1496/01

RUBRICA

SUBITEM	PROCESSOS Nº	OBSERVAÇÃO
	053.000.157/2000 053.000.158/2000	inciso X, e 26, parágrafo único, inciso III, da Lei n.º 8.666/93. Ressaltou-se, também, que, no tocante ao Processo n.º 053.000.205/2000, a comprovação de que o preço foi compatível com o de mercado, bem como a justificativa para a escolha do local foram posteriores à elaboração do contrato. Acrescentou-se, ainda, que, quanto aos processos relativos à contratação de serviços médicos para militares e seus dependentes, com fundamento na tabela de preços da Associação Médica Brasileira – AMB, não foram observadas a compatibilidade das propostas apresentadas com os valores praticados pela AMB e nem a possibilidade de aplicação de desconto sobre os preços constantes da referida tabela. Em adendo, registrou-se que outras clínicas, laboratórios e hospitais poderiam ter prestado os mesmos serviços, tendo como base a citada tabela da AMB.
III.2.1.9	053.000.472/2000	• não observância, na Concorrência n.º 01/2000, do prazo de 30 (trinta) dias, decorridos entre a última publicação do edital resumido (22/08/2000) e a data das propostas (20/09/2000), conforme determinado no inciso II, “a”, do § 2º e no § 3º, ambos do art. 21 da Lei n.º 8.666/93.
III.2.1.10	053.000.499/2000	• ausência de publicação do resultado da Concorrência n.º 02/2000.
III.2.1.11	053.000.472/2000	• constatou-se, na Concorrência n.º 01/2000, a existência de documentos não rubricados pelos licitantes presentes, em desacordo com o art. 43, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.
III.2.1.12	053.000.472/2000 053.000.165/2000 053.000.614/2000 053.000.115/2000 053.000.915/2000	• Certidões Negativas de Débito relativas à Seguridade Social, emitidas via Internet, não confirmadas a sua veracidade e validade por servidor da Administração, conforme recomendações do órgão expedidor.
III.2.1.13	053.000.115/2000 053.000.794/2000	• não adoção do instrumento de contrato para a execução de serviços que envolvam obrigações futuras quanto à garantia das peças e serviços na revisão programada das viaturas Fiat Ducato e Mercedes Benz, contrariando o disposto no § 4º do art. 62 da Lei n.º 8.666/93.
III.2.1.14	053.000.424/2000 053.000.324/2000 053.000.240/2000 053.000.754/2000 053.000.239/2000 053.000.205/2000 053.000.019/2000	• verificou-se a ausência de publicação, na imprensa oficial, dos atos de ratificação das situações de dispensa ou inexibibilidade de licitação, conforme preconizado no art. 26, “caput”, da Lei n.º 8.666/93. No caso do Processo n.º 053.000.115/2000, a Unidade foi intempestiva, vez que a dispensa foi efetivada no dia 22/02/2000, enquanto que a publicação do ato correspondente, no DODF, ocorreu somente no dia 21/03/2000.



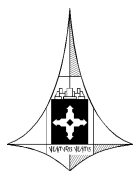
RUBRICA

4.6.29 subitem III.2.2 – a análise procedida entre os valores constantes da estimativa de preços elaborada pelo Centro de Suprimento e Manutenção - CSM e os valores contratados, objetivando confrontá-los com os preços praticados no mercado, revelou a ocorrência de diferenças significativas entre os mesmos, conforme demonstrado no quadro de fs. 452 e 453 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso, em desconformidade com o disposto no art. 43, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93;

4.6.30 subitem III.2.3 – procedeu-se à comparação dos valores constantes das estimativas de preços elaboradas pelo CSM com os homologados pelo ordenador de despesas, com o objetivo de aferir a compatibilidade destes com os preços praticados no mercado, tendo sido constatadas diferenças significativas, superiores a 10%, entre os valores contratados e os ofertados pelos licitantes vencedores, em desacordo com o estipulado na Decisão n.º 1.429/97 deste Tribunal, consoante se pode verificar no quadro apresentado à f. 454 do apenso retrocitado;

4.6.31 impropriedades detectadas em convênios e contratos celebrados com terceiros pelo Órgão, conforme a seguir:

SUBITEM	AJUSTES	OBSERVAÇÃO
III.3.1	1º Termo Aditivo ao Contrato n.º 07/2000	• termos assinados sem indicação de valor e da respectiva dotação orçamentária para sua execução, bem como do valor global do contrato.
III.3.2	Contrato S/Nº (Assoc. Auxílio Mútuos Ferroviários do Brasil), Contrato 07/2000 (Fundação Universidade de Brasília), Convênio 02/SCI/CNBR/SBBR/00 (INFRAERO), Convênio 01/SCI/CNBR/SBBR/00 (INFRAERO) e 3º Aditivo ao Conv. STJ 07/97 (Superior Tribunal de Justiça)	• não observância do prazo estabelecido para publicação dos respectivos termos na imprensa oficial.
III.3.3	1º Termo Aditivo ao Conv. DEBRA 32/95 (BACEN) e 2º Termo Aditivo ao Conv. 1039/99 (FNS)	• ausência de publicação na imprensa oficial dos referidos termos.



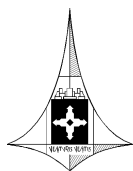
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - DIVISÃO DE CONTAS

FL. 233
PROC. 1496/01

RUBRICA

SUBITEM	AJUSTES	OBSERVAÇÃO
III.3.4	Convênio DEBRA 32/95 (BACEN)	• ausência de ato de designação do executor do aludido ajuste.
III.3.5	Contratos n.ºs 07/2000 (Processo n.º 053.000.019/2000), 020/2000 (Processo n.º 053.000.165/2000) e 12/2000 (Processo n.º 053.000.157/2000)	• não observância da necessidade de elaboração de relatórios bimestrais de acompanhamento, emitidos pelos executores nomeados, em desacordo com o que estabelece o art. 13, § 3º, inciso VI, do Decreto n.º 16.098/94.
III.3.6	Contratos n.ºs 060/2000 (Processo n.º 053.000.543/2000), Locação S/N (Processo n.º 053.000.205/2000), 42/2000 (Processo n.º 053.000.218/2000) e 07/2000 (Processo n.º 053.000.019/2000)	• as minutas desses ajustes não foram submetidas à oitiva da Procuradoria Geral do Distrito Federal, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93.
III.3.7	Contratos n.ºs 07/2000 (Fundação Universidade de Brasília), 20/2000 (CRB–Centro Radiológico de Brasília) e 12/2000 (Lab. SABIN de Patologia Clínica)	• execução dos ajustes sem observância de cláusulas pactuadas, conforme se verifica no quadro de f. 459 do Apenso n.º 040.002.392/2001.
III.3.8	Contrato de Locação S/N (Associação Geral de Auxílios Mútuos Ferroviários do Brasil)	• atribuição de data retroativa para a vigência do citado ajuste, vez que o respectivo termo foi firmado em 28.03.2000 e, no entanto, a Cláusula Segunda estipulava que o mesmo estaria em vigor a contar de 01/02/2000.
III.3.9	Contrato n.º 07/2000 (Fundação Universidade de Brasília)	• prestação de serviços sem cobertura contratual, porquanto os cursos objeto do referido ajuste começaram a ser ministrados a partir de 24.01.2000, sendo que a assinatura do mesmo teria ocorrido em 03.03.2000.

4.6.32 subitem III.4.4 – foram autorizadas diárias, no valor total de R\$ 77.119,78, para a participação nos cursos de Análise de Sistema e Processamento de Dados e de Especialização em Políticas Públicas, realizados na cidade do Rio de Janeiro/RJ, não obstante o fato de tais cursos serem oferecidos em Brasília pela Universidade Católica de Brasília e pela Universidade de Brasília, respectivamente;



RUBRICA

4.6.33 subitem III.5.2 – verificou-se a ausência de justificativa para os pagamentos pela prestação de serviços de telefonia estranhos à natureza das atividades da Corporação, tais como: “auxílio a lista” e “despertador automático”. Também não havia comprovação de ressarcimento dos valores pagos indevidamente;

4.6.34 subitem III.5.3 – constatou-se que os gastos com chamadas para telefone celular representavam cerca de 50% do total das despesas com tarifas telefônicas do CBMDF, consoante espelham os exemplos constantes do quadro de f. 467 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso;

4.6.35 foram detectadas as seguintes falhas nos controles de movimentação e de consumo dos veículos da Corporação:

SUBITEM	OBSERVAÇÃO
III.6.1	• constatou-se diferenças na quilometragem rodada entre os dados existentes no Mapa de Consumo Mensal e no Mapa de Consumo Diário, conforme demonstrado no quadro de f. 468 do Apenso n.º 040.002.392/2001.
III.6.2	• verificou-se divergências na quilometragem rodada entre os dados constantes no Mapa de Consumo Diário e nos Tíquetes de Combustíveis, segundo evidencia o quadro de f. 468 do apenso retro.
III.6.3	• detectou-se que os canhotos dos tíquetes de combustíveis, alusivos aos meses de novembro e dezembro/2000, não foram preenchidos.

4.6.36 subitem III.7.1 – por ocasião da análise da execução orçamentária e financeira da Unidade, constatou-se que foram realizadas despesas sem emissão prévia de Nota de Empenho, correspondente ao empenho da despesa, segundo evidenciam os exemplos constantes do quadro apresentado à f. 470 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso, em desacordo com o que dispõem o art. 61 da Lei nº 4.320/64 e o art. 42 do Decreto n.º 16.098/94;

RUBRICA

4.6.37 subitem III.7.2 – verificou-se que o CBMDF realizou diversas despesas com atividades finalísticas, utilizando-se indevidamente dos recursos alocados aos Programas de trabalho 06.122.0100.2712.0001 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, 06.122.0100.2713.0001 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e 06.122.0100.8502.0092 – Administração de Pessoal, conforme demonstrado no quadro de f. 471 do apenso retromencionado.

4.7 A Gerência de Tomada de Contas/DECON/SUAUD informou, ainda, que, por meio de pesquisa realizada em seus arquivos e no cadastro da Dívida Ativa, não constatou a existência de débitos com a Fazenda Pública do DF, em nome dos ordenadores de despesas relacionados na TCA em tela;

4.8 Às fs. 473 e 474 do Apenso n.º 040.002.392/2001, a referida unidade de controle interno, em consonância com o disposto no art. 140, inciso IX, do RI/TCDF, expediu o Certificado de Auditoria n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD, atestando a regularidade das presentes Contas, com as ressalvas e observações apontadas no Relatório de Auditoria de mesmo número, emitido por aquele órgão de auditoria da SEFP.

4.9 Mediante o Ofício n.º 1901/02-GAB/SESPDS, de 15.08.2002 (f. 479 do apenso em epígrafe), o Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social encaminhou as presentes Contas ao Tribunal, após a emissão do Pronunciamento n.º 020/2002-SESPDS (f. 478 do aludido apenso), em cumprimento ao preconizado nos art. 10, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/94 e no art. 140, inciso X, do RI/TCDF. No referido documento a citada autoridade consignou haver tomado conhecimento do Relatório de Tomada de Contas Anual/2000 e dos Relatório e Certificado de Auditoria de n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD, emitidos pela Secretaria

RUBRICA

de Estado de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal e acostados, respectivamente, às fs. 432/433 e 436/474 do apenso retromencionado, referente à TCA do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, relativa ao exercício de 2000. O Secretário encerrou o seu pronunciamento considerando satisfatórios os procedimentos adotados, bem assim o resultado alcançado.

5. ATIVIDADES DO CONTROLE EXTERNO:

5.1 Os atos e fatos relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial praticados na referida unidade orçamentária durante o exercício de 2000 foram convenientemente verificados pelo Tribunal mediante a apreciação dos documentos que sistematicamente são encaminhados a esta Casa ou publicados no órgão oficial de divulgação do Distrito Federal.

5.2 Os documentos acostados às fs. 142/147 dos autos demonstram que não foram apuradas na apreciação das matérias de competência da 4ª ICE e da Divisão de Auditoria da 1ª ICE quaisquer irregularidades ou ilegalidades capazes de influenciar na análise da TCA em apreço. Contudo, em relação ao campo de atuação da Divisão de Acompanhamento desta 1ª ICE, foram indicados, por meio do Memorando n.º 016/2002 (f. 148 dos autos), os Processos n.º 790/01 e 2599/00 que poderiam ter reflexo no julgamento das presentes Contas.

5.2.1 O Processo n.º 790/01 trata de denúncia formulada pela empresa SOMOTOR – Retífica Carvalho Ltda. acerca de possíveis irregularidades ocorridas na execução de contrato de prestação de serviços especializados de retífica de motores, afinação de bombas injetoras, bicos injetores e reparação de turbinas, decorrente da Tomada de Preços n.º 1/00, realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

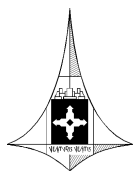


RUBRICA

5.2.2 Na Sessão Extraordinária Reservada n.º 259, de 20.11.2001, o Tribunal, por meio da Decisão n.º 132/2001, deliberou, dentre outras medidas, assinar ao CBMDF o prazo de trinta dias para que apresentasse, em relação aos serviços objeto do Contrato n.º 47/00, razões de justificativa quanto aos seguintes fatos apurados: a) o pagamento de preços em valores superiores aos constantes da tabela do fabricante, de apresentação obrigatória, em razão dos itens 11.12 e 11.13 do ajuste e b) o acompanhamento dos valores dos serviços executados por meio de pesquisa de mercado, inobservando a conformidade dos preços com os termos da proposta, contrariando, assim, a cláusula terceira do contrato, e, por conseguinte, o disposto nos arts. 66 da Lei n.º 8.666/93 e 84 do Decreto n.º 10.996/88.

5.2.3 Na sua última apreciação do Processo n.º 790/01, ocorrida na Sessão Ordinária n.º 3696, de 24.09.2002, esta Corte prolatou a Decisão n.º 3736/2002 (f. 149 dos autos), cujo inteiro teor transcrevemos a seguir, *verbis*:

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento dos Ofícios n.ºs 113/2002-GAB/CMT, fl. 149; 026, 165 e 186/2002-AG/CBMDF, fls. 174/180; e do Relatório da Sindicância n.º 019/2001-CBMDF, fls. 150/173; II) conceder prorrogação de prazo para a conclusão da TCE tratada no Processo n.º 053.000.105/2002, na forma solicitada nos dois últimos ofícios citados na alínea anterior; III) autorizar o acompanhamento da mencionada TCE nos autos; IV) considerar improcedente os esclarecimentos prestados pelo CBMDF no Ofício n.º 001/GAB/2002; V) determinar ao Comandante do Centro de Manutenção que, a fim de garantir controle eficaz e efetivo do Contrato n.º 047/2000, a partir da ciência desta decisão, promova, de forma a dar cumprimento à cláusula 3ª e ao item 12 da cláusula 11ª do referido ajuste, as medidas a seguir: a) proceda à rigorosa conferência dos valores cobrados pela contratada em relação aos preços fixados nas Tabelas da ASBRAREM e do fabricante, conforme o caso; b) averigüe a adequação das peças utilizadas ao tipo de motor submetido a reparo; c) certifique-se da real necessidade dos serviços prestados e das peças utilizadas, bem como se foram, de fato, executados e aplicadas, respectivamente; d) exija da contratada que passe à especificar nas notas fiscais não somente o tipo de motor reparado, mas o número desse; VI) autorizar a realização de inspeção em época oportuna, em autos apartados, com vistas a verificar a adoção das providências determinadas no item anterior; VII) determinar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os devidos fins.”

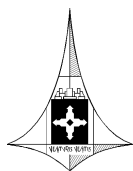


5.2.4 Considerando que foram detectados indícios da ocorrência de prejuízo ao erário, em razão das irregularidades apuradas na execução do Contrato n.º 047/2000, nosso posicionamento é no sentido de que o julgamento definitivo das presentes Contas seja sobrestado até a conclusão do Processo n.º 790/01, bem como da TCE objeto do Processo n.º 053.000.105/2002, mencionado no item II da decisão retrotranscrita.

5.2.5 O Processo n.º 2599/00 cuida da Representação n.º 17/00, do Ministério Público junto a esta Corte, arguindo possíveis irregularidades ocorridas na promoção de oficiais do CBMDF. Por intermédio da Decisão n.º 4551/2001 (f. 150 dos autos), proferida na Sessão Ordinária n.º 3591, de 10.07.2001, o Tribunal decidiu, após tomar conhecimento da inspeção realizada na Corporação, determinar à Jurisdicionada que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentasse, em síntese, esclarecimentos acerca das cessões de militares a outros órgãos da Administração, em desacordo com as disposições do Decreto n.º 3.014/75, bem assim para o acréscimo no quantitativo de oficiais agregados e excedentes, verificado no período de agosto/1999 a março/2000.

5.2.6 Mediante a Decisão n.º 3706/2002 (f. 151 dos autos), exarada na assentada de 24.09.2002 (S.O. n.º 3696), esta Corte deliberou, *verbis*:

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, em parte, e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 372/2001-GAB/CMT - SAJur (fl. 287), considerando deferida a solicitação de prorrogação de prazo nele contida pelo período sugerido na Informação de fls. 290/291; b) do Ofício n.º 406/2001 - GAB/CMT - SAJur, fls. 294/302; c) dos documentos de fls. 303/304; II) considerar irregulares as promoções feitas no CBMDF no ano de 1999, referidas nos autos, pois em desacordo com a Lei n.º 8258/91, e com infringência dos princípios da legalidade e da moralidade administrativa, devendo ser adotadas as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei; III) determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do DF que, em 30 trinta dias, adote providências, e as comunique ao Tribunal, com vistas a: a) fazer retornar à Corporação, em obediência ao art. 3º do Decreto n.º 3.014/75, os oficiais subalternos



RUBRICA

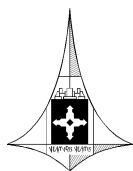
eventualmente cedidos a órgãos ou entidades da Administração Pública, abstendo-se, doravante, de permitir tais afastamentos, ressalvadas as hipóteses que o referido dispositivo estabelece; b) adequar, se ainda não fez, o número de militares afastados ao percentual fixado no art. 5º do decreto citado, considerando que o limite de afastamentos previsto (5%) deve ser calculado sobre o efetivo de oficiais e de praças, separadamente; IV) autorizar o encaminhamento desta decisão ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal e ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V) retornar os autos à 1ª ICE, para os devidos fins.”

5.2.7 Conforme se pode observar, o Tribunal considerou irregulares apenas as promoções feitas no CBMDF no ano de 1999. Assim, entendemos que o Processo n.º 2599/00 não deve condicionar o julgamento das presentes Contas, porquanto se referem ao exercício de 2000.

5.3 Mediante consulta interna e ao Sistema de Acesso ao Banco de Dados do TCDF (SABD), constatamos a tramitação dos seguintes processos referentes ao CBMDF, relacionados com as Contas em apreciação:

5.3.1 Processo nº 2341/2000 - Tomada de Contas Anual relativa ao exercício de 1999, em que figuraram como responsáveis, dentre outros, os Srs. Benjamim Ferreira Bispo, Sossígenes de Oliveira Filho, Juarez Barbosa de Assunção e Antônio Clemente de Oliveira. A análise procedida pelo Corpo Técnico desta 1ª ICE detectou diversas falhas e irregularidades ocorridas na gestão a que se refere aquelas Contas, razão por que ofertou ao Eg. Plenário, dentre outras sugestões, que determinasse ao CBMDF o encaminhamento dos esclarecimentos e justificativas pertinentes, bem como a adoção das medidas regularizadoras cabíveis.

5.3.1.1 Embora o processo em epígrafe ainda não tenham sido apreciado pelo Tribunal, entendemos que não há que se falar em condicionar a presente TCA às Contas tratadas no mesmo, uma vez que a gestão do ordenador de despesas e dos demais responsáveis a ele subordinados refere-



RUBRICA

se, basicamente, a um exercício financeiro específico, como consequência da vigência anual dos créditos orçamentários;

5.3.2 Processo nº 728/2001 (apenso) – Relatório anual sobre os resultados da ação fiscalizadora promovida pela Divisão de Acompanhamento da 1ª ICE, quanto às despesas realizadas pelo CBMDF (UG 220104), no exercício de 2000, com base nas informações geradas pelo Sistema Informatizado de Controle Externo - SISCOEX. O referido processo foi apensado às presentes Contas em razão da Decisão n.º 1322/2002 (f. 77 dos autos em epígrafe)

5.3.2.1 Ressalte-se que, da análise efetivada pelo Corpo Técnico, cujos resultados constam do Relatório acostado às fs. 65/76 do apenso retrocitado, foram apontadas as seguintes impropriedades:

- classificação incorreta das despesas com tarifas de energia elétrica em dispensa de licitação. De acordo com o Corpo Instrutivo, na análise dos gastos referentes ao exercício de 1999, foi apontada falha de natureza similar, o que ensejou determinação deste Tribunal, conforme item II.a da Decisão n.º 2884/2001 (f. 152 dos autos), no sentido de que o CBMDF promovesse o correto enquadramento desses gastos na hipótese de inexigibilidade prevista no “caput” do art. 25 da Lei n.º 8.666/93. Considerando, porém, que a citada decisão é posterior à data de ocorrência da citada impropriedade, deixou de propor qualquer medida;
- do exame das apropriações realizadas na conta 334909200 (despesas de exercícios anteriores), constatou-se que a Unidade deixou de especificar, em grande parte das notas de empenho, a data de publicação no DODF do reconhecimento da dívida, em dissonância com o disposto no parágrafo único do art. 81 do Decreto nº 16.098/94. Ressaltou-se, também, que prática semelhante foi detectada na análise dos registros alusivos ao exercício de 1999, o que resultou



RUBRICA

em determinação desta Corte para que a Jurisdicionada observasse o disposto no referido comando normativo, consoante se observa no item II.d da Decisão n.º 2884/2001 retromencionada;

- constatou-se, pela verificação da conta 334903927, que houve a realização de despesas com revisão de viaturas da marca FIAT. Segundo o Corpo Técnico, essas contratações foram efetivadas por meio de dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, conforme registrado nas Notas de Empenho n.ºs 00007, 00103, 00139, 00659 e 01351/2000 (fs. 55/57 do Processo n.º 728/2001-apenso). Ressaltou, entretanto, que, embora o valor individual de algumas dessas NE's estivesse abaixo do limite estabelecido no referido dispositivo legal, o seu somatório superava o esse teto. Acrescentou, ainda, que, por se tratarem de gastos de natureza semelhante, ocorridos com frequência em um curto período de tempo (meses de janeiro, março, setembro e novembro/2000), impunha-se a obrigatoriedade da realização de procedimento licitatório para a contratação dos serviços de revisão dos citados veículos. Assim, optou-se por tratar a questão no Processo n.º 455/2002;
- verificou-se, também, a realização de despesas com festividades, conforme registrado nas Notas de Empenho n.ºs 208, 416, 542 e 744/2000 (fs. 58/61 do apenso em comento). Segundo o Corpo Técnico, no acompanhamento da gestão alusiva ao exercício de 1999, detectou-se a mesma impropriedade, cuja apuração passou a ser objeto do Processo n.º 371/2001. Constatamos, no bojo dos referidos autos, que, embora as citadas despesas, a exemplo de outras de natureza semelhante, praticadas pelo CBMDF, nos exercícios de 1998 a 2000, sejam consideradas de caráter irregular, por afrontar os princípios básicos da legalidade e da moralidade administrativa, não foram convocados os responsáveis por esses gastos para apresentar razões de justificativas, com vistas à aplicação de multa, tendo em vista os motivos expostos na Instrução, bem como a existência de precedente da Corte (Decisão n.º 975/2002, f. 153 dos autos). Assim, via Decisão n.º 2480/2002 (f. 154 dos autos), prolatada na S.O. n.º 3671, de 25.06.2002, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do



RUBRICA

Ministério Público, determinou o arquivamento do Processo n.º 371/2001;

- por fim, o exame da conta contábil 112290700 (Despesas a Regularizar) revelou a ocorrência de diversos lançamentos, conforme registros à fs. 62/64 do apenso em epígrafe. Esse procedimento constitui prática observada também em outras Jurisdicionadas e já foi refutado por esta Corte, razão por que optou-se por tratar o assunto em autos apartados (Processo n.º 458/2002).

5.3.2.2 Considerando que algumas impropriedades apontadas no Relatório retromencionado foram objeto de verificação em autos específicos (Processos n.ºs 455 e 458/2002), que serão objeto de análise a seguir nesta Instrução, e que as demais falhas, além de não terem resultado em prejuízo ao erário, já foram objeto de determinação desta Corte ao CBMDF, por meio das Decisões n.ºs 2884/2001 e 975/2002 (fs. 152 e 153 dos autos), no sentido de evitar a repetição dessas ocorrências, entendemos que as referidas faltas não devam ter reflexo no julgamento de mérito das Contas em exame. Destarte, o Processo n.º 728/2001, apenso, encontra-se, a nosso ver, em condições de ser arquivado;

5.3.3 Processo n.º 733/2001 (apenso) - Relatório anual sobre os resultados da ação fiscalizadora promovida pela Divisão de Acompanhamento da 1ª ICE em relação à UG 220902 – Fundo de Saúde do CBMDF, no exercício de 2000, com base nas informações geradas pelo Sistema Informatizado de Controle Externo – SISCOEX. O processo em epígrafe foi apensado a estas Contas, em cumprimento à determinação contida no item 5 da Decisão n.º 5603/2001 (f. 29 do referido apenso).

5.3.3.1 No Relatório juntado às fs. 18/21 do apenso retrocitado, o Corpo Técnico apontou inúmeras falhas na execução das despesas do aludido Fundo, conforme a seguir:



RUBRICA

- a Jurisdicionada considerou como caso de dispensa de licitação as despesas com serviços médicos registradas nas Notas de Empenho n.ºs 23 a 31, 33, 36, 50 e 83 (fs. 02/06 do mesmo apenso), quando o correto seria o seu enquadramento na hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no “caput” do art. 25 da Lei n.º 8.666/93, desde que atendidas as exigências estabelecidas no art. 26 da citada lei, conforme o entendimento desta Corte, manifestado pela Decisão n.º 10.414/99 (f. 155 dos autos), quando deliberou sobre consulta formulada pelo CBMDF acerca da questão. Assim, o Corpo Técnico desta 1ª ICE sugeriu a reiteração dos termos da citada decisão, a fim de evitar a repetição desse tipo de ocorrência;
- constatou-se, na conta 334903938, a apropriação de serviços médicos para dependentes dos militares, conforme especificado na Nota de Lançamento n.º 00189/2000 (f. 15 do apenso em epígrafe). No entanto, o subelemento 38 destina-se ao registro de despesas com vigilância e segurança em geral. Nesse sentido, sugeriu-se recomendação no sentido de que a Jurisdicionada atentasse para o correto lançamento da despesa em comento;
- verificou-se que, no preenchimento das Notas de Empenho n.ºs 04 e 05/2000 (fs. 16 e 17 do multicitado apenso), alusivas a despesas de exercícios anteriores, que a Unidade não cumpriu a exigência de fazer constar, no campo “especificações” dos citados documentos, a data de publicação no DODF do reconhecimento da dívida correspondente, conforme disposto no parágrafo único do art. 81 do Decreto n.º 16.098/94. Tendo em vista que as demais NE’s relativas aos gastos dessa natureza atenderam ao aludido comando, o Corpo Técnico entendeu suficiente alertar ao Órgão da necessidade da observância do referido normativo.

5.3.3.2

Considerando que as impropriedades retromencionadas constituem casos isolados, com pouca representatividade diante do montante das despesas empenhadas pelo Fundo de Saúde do CBMDF, no exercício de 2000, e, também, que estas falhas caracterizam apenas faltas formais, das



RUBRICA

quais não resultou nenhum prejuízo ao erário, entendemos que as mesmas não devem macular a gestão em exame. Ressalte-se, ainda, que o Tribunal já determinou à Jurisdicionada, pela Decisão n.º 5603/2001 (f. 29 do apenso retro), a adoção das medidas cabíveis, de modo a evitar repetição daquelas ocorrências. Assim, a nosso ver, o Processo n.º 733/2001, apenso, encontra-se em condições de ser arquivado;

5.3.4 Processo n.º 455/2002 – trata de irregularidades constatadas pela Divisão de Acompanhamento da 1ª ICE, por ocasião da análise das despesas realizadas pelo CBMDF, no exercício de 2000, com a prestação de serviços de revisão em viaturas da marca FIAT (modelo DUCATO), objeto das Notas de Empenho n.º 07, 103, 139, 659 e 1351/2000, com base nas informações geradas pelo SISCOEX.

5.3.4.1 Na Sessão Ordinária n.º 3671, de 25.06.2002, esta Corte prolatou a Decisão n.º 2510/2002 (f. 157 dos autos), cujo inteiro teor transcrevemos a seguir, *verbis*:

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento da Informação Nº 086/2002, bem como dos Anexos I e II (cópia dos Processos nos 053.000.043/2000 e 053.000.115/2000); II - autorizar a audiência do responsável apontado no parágrafo 14 da instrução, com vistas à possibilidade da multa prevista no art. 57, incisos II e III, da Lei Complementar n.º 01/94, para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, as razões de justificativas pelas seguintes irregularidades verificadas na contratação dos serviços de revisão das viaturas marca FIAT, modelo DUCATO (Processo n.º 053.000.115/2000): a) ausência de justificativas para escolha da empresa Bali Brasília Automóveis Ltda., não constando desses autos a comprovação do ajuste contratual de compra dos veículos que vincule a manutenção da garantia ao serviço contratado, contrariando o art. 24, inciso XVII, c/c o art. 26, inciso II, da Lei n.º 8.666/93; b) ausência de justificativa do preço contratado, infringindo o art. 26, inciso II, da mencionada Lei, agravada pelo fato de constar do referido processo orçamento da empresa OK Automóveis Peças e Serviços com preços inferiores ao ajustado; c) desobediência ao princípio da licitação, insculpido no art. 2º da Lei n.º 8.666/93, em decorrência de existir no mercado do Distrito Federal várias empresas concessionárias da FIAT Automóveis S.A. que oferecem o mesmo serviço contratado sem perda da garantia de



RUBRICA

fábrica. Declarou-se impedido de votar o Conselheiro ÁVILA E SILVA, por motivo de foro íntimo.”

5.3.5.2 Por intermédio da Decisão n.º 3954/2002 (f. 122 dos autos), proferida na S.O. n.º 3699, de 03.10.2002, o Tribunal deliberou, dentre outras medidas, julgar improcedentes as justificativas apresentadas em atendimento à decisão retrotranscrita, bem como fixar, com base no art. 57, incisos II e III, da Lei Complementar n.º 01/94, multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) ao Coronel QOBM/RRM Benjamim Ferreira Bispo, responsável arrolado na TCA em tela, em face das seguintes irregularidades verificadas nos autos em epígrafe:

- a) desobediência ao princípio da licitação insculpido no art. 2º da Lei n.º 8.666/93, em decorrência de existir no mercado do Distrito Federal várias empresas concessionárias da FIAT Automóveis S.A. que oferecem o mesmo serviço contratado sem perda da garantia de fábrica;
- b) ausência de justificativas para escolha da empresa Bali Brasília Automóveis Ltda., não constando dos autos a comprovação do ajuste contratual de compra dos veículos que vincule a manutenção da garantia ao serviço contratado, contrariando o art. 24, inc. XVII, c/c o art. 26, parágrafo único, inc. II, da Lei n.º 8.666/93;
- c) ausência de justificativa do preço contratado, infringindo o art. 26, parágrafo único, inc. III, da mencionada Lei.

5.3.4.3 Em seguida, no item IV da citada Decisão n.º 3954/2002, ordenou a anotação dos fatos apurados no Processo n.º 455/02 para efeito de julgamento conjunto nas contas anuais do CBMDF, referentes ao exercício de 2000, objeto dos presentes autos. Conforme se pode observar, as irregularidades apontadas resultaram de graves infrações à norma legal (Lei n.º 8.666/93) e, também, da prática de atos de gestão antieconômicos, com possíveis danos ao erário. Portanto, essas ocorrências devem ser consideradas, juntamente com outras porventura apuradas na TCA em tela,



RUBRICA

para fins de um eventual julgamento irregular ou regular com ressalvas das Contas do ordenador de despesas responsabilizado nos autos em epígrafe, tendo em vista o disposto no art. 17, incisos II e III, alíneas "b" e "c", da Lei Complementar n.º 1/94;

5.3.5 Processo n.º 458/2002 – cuida de irregularidade detectada pela Divisão de Acompanhamento da 1ª ICE, por meio da ação fiscalizadora levada a efeito no Processo n.º 728/2001, com base nos relatórios do SISCOEX. Verificou-se, na ocasião, a ocorrência de lançamentos indevidos na conta contábil 112290700 – Despesas a Regularizar, evidenciando a realização de despesas sem crédito orçamentário, conforme constatado nas Notas de Lançamento n.ºs 1, 2, 3, 32, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 1587, 1588, 1589, 1590, 1591, 1617 e 1673/2000, em desacordo com o disposto no art. 167, inciso II, da Constituição Federal e nos arts. 59 e 60 da Lei n.º 4.320/64 c/c o art. 42 do Decreto n.º 16.098/94.

5.3.5.1 Após a análise dos esclarecimentos prestados pela Jurisdicionada, esta Corte, na assentada de 19.09.2002 (S.O. n.º 3695), exarou a Decisão n.º 3677/2002 (f. 158 dos autos), com o seguinte teor:

"O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento dos esclarecimentos prestados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal -CBMDF, por meio do Ofício nº 211/2002-GAB/CMT/CBMDF, dando por cumprida a diligência determinada no Despacho Singular nº 022/02-GAB/AS, à luz dos princípios da equidade e da coerência, ante o teor da Decisão nº 2146/2002; II) alertar o CBMDF de que: a) a utilização da conta contábil "1.1.2.2.9.07.00 - Despesa a Regularizar" se presta, nos termos do art. 41 do Decreto nº 16.098/94, à inscrição do ordenador de despesas que, notificado pelo Departamento Geral de Contabilidade da SEFP, acerca da ocorrência de irregularidade na execução orçamentária, financeira e contábil, deixar de promover, no prazo de 15 (quinze) dias, a regularização do ato ou fato apontado; b) a inscrição do ordenador na indigitada conta "Despesa a Regularizar" tendo como contrapartida o pagamento de despesas sem saldo suficiente na conta "2.9.3.1.1.03.00 - Cota de Despesa Disponível a Empenhar", mediante autorização prévia da SEFP, configura a realização de despesa sem anterior emissão de nota de empenho vedada pelo art. 167, inciso II, da Constituição Federal, c/c os artigos 58 a 60 da Lei n.º 4.320/64 e artigo 42 do Decreto nº 16.098/94; c) a participação do ordenador de despesa



RUBRICA

no procedimento descrito no item anterior caracterizará sua responsabilidade quanto aos dispositivos legais infringidos; d) as irregularidades verificadas na utilização da conta contábil "1.1.2.2.9.07.00 - Despesa a Regularizar" ensejarão aos responsáveis a multa prevista no inc. II do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94; III) autorizar o arquivamento dos autos. Declarou-se impedido de votar o Conselheiro RENATO RAINHA, por motivo de foro íntimo."

5.3.5.2 Constatamos que os argumentos apresentados pelo CBMDF foram aceitos por uma questão de isonomia de tratamento, tendo em vista que tramitava, à época, nesta Corte o Processo n.º 2496/99 (SISCOEX), que tratou da regularidade dos lançamentos feitos pela PMDF na mesma conta contábil 112290700 – Despesa a Regularizar, e que as razões de justificativas prestadas pelo ex - Comandante-Geral dessa Corporação foram acolhidas pelo Tribunal, conforme Decisão n.º 2146/2002 (f. 159 dos autos). Destarte, entendemos que a irregularidade retrocitada não deve ter reflexo no julgamento das presentes Contas. Ademais, a Unidade já foi alertada no sentido de que, doravante, a utilização indevida da aludida conta implicará a responsabilidade do ordenador de despesas quanto aos dispositivos legais infringidos, ensejando-lhe a aplicação da multa prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/94;

5.3.6 Processo n.º 2131/00 - Auditoria de regularidade, efetivada em conjunto pelas 1ª e 4ª ICEs, nos pagamentos efetuados aos militares da ativa, inativos, reformados e pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em cumprimento à determinação contida no item III da Decisão nº 5827/2000 (f. 160 dos autos), prolatada pela Corte, na assentada de 01.08.2000, quando apreciou o Processo nº 284/00.

5.3.6.1 Por intermédio do item II da r. Decisão, o Tribunal deliberou, também, por levantar o sobrestamento de todos os processos relativos à remuneração dos militares de ambas as Corporações, determinado pela Decisão nº 15.428/95 (f. 161 dos autos), adotada no Processo nº



6.921/94, bem como autorizar a apensação dos autos em epígrafe (284/00) ao processo de auditoria em comento, como subsídio aos exames realizados.

5.3.6.2 Após tomar conhecimento da citada auditoria, esta Corte proferiu, dentre outras, as Decisões nºs 4535/2001 (S.O. n.º 3591, de 10.07.2001) e 756/2002 (S.O. n.º 3642, de 07.03.2002), cópias às fs. 162/166 dos autos, cujo inteiro teor transcrevemos a seguir, verbis:

Decisão n.º 4535/2001

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Relatório de Auditoria nº 014/2000, fls. 58/116; b) do seu Complemento de fls. 119/133; c) dos documentos de fls. 03/57 e volumes anexos I, II e III; II - rever, com fulcro nas disposições contidas no art. 2º da Lei nº 7.961/89, conjugadas com as previstas nas Leis nos 8.448/92 e 8.852/94 (inserção dos militares distritais no processo de implementação da isonomia federal), o entendimento manifestado pelas decisões adotadas nos Processos nºs 7.298/91 e 78/92, considerando regular a extensão das majorações ocorridas nos percentuais das vantagens federais, efetivadas pela Lei nº 9.367/96, que guardam intrínseca correlação com as gratificações, indenizações e adicionais destinados aos militares locais, tendo, como marco final para os efeitos deste entendimento, a vigência dos efeitos financeiros da Medida Provisória nº 2.131, de 28/12/00 - 1º de janeiro de 2001; III - dispensar o ressarcimento ao erário dos valores pagos pelas corporações distritais em desacordo com os diversos posicionamentos ora manifestados e que tenham propiciado aos seus integrantes remuneração superior à dos correspondentes das Forças Armadas, até ciência desta decisão, haja vista a complexidade na formulação das estruturas de vencimentos em questão e a enorme dificuldade em compatibilizar, até então, a legislação específica dos militares locais com as alterações introduzidas em normas correspondentes no âmbito federal; IV - firmar entendimento no sentido de que o termo proventos, estipulado na legislação específica da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do DF (Leis nos 5.619/70 e 5.906/73), deve limitar-se ao conceito ali previsto, ou seja, compõem-se, exclusivamente, das parcelas de soldo/quotas e gratificação incorporável (Gratificação de Tempo de Serviço, somente), salvo lei específica indicando expressamente o contrário; V - dar ciência do posicionamento firmado no item precedente aos Comandantes-Gerais de ambas as Corporações, com vistas à implementação das medidas cabíveis; VI - determinar à PMDF e ao CBMDF que: a) atentem para o correto cadastramento e manutenção no SIGRE das informações pertinentes ao seu pessoal militar, em especial quanto ao posto/graduação no momento das promoções; b) sustentem imediatamente o pagamento da parcela intitulada Adequação art. 2º Lei 7.961/89, por falta de amparo legal; c) no tocante à parcela Adicional de Inatividade: c.1) promovam a imediata revisão da forma de cálculo atualmente empregada, até que seja editada lei que disponha sobre a remuneração do pessoal das Corporações Militares locais, no sentido de, mantidos os percentuais previstos na Lei nº 9.367/96, aplicá-los, exclusivamente, sobre o soldo/quotas do posto/graduação a que o militar fizer jus na inatividade, nos termos de orientação já emanada por esta Corte de Contas no Processo nº 202/94, de auditoria na PMDF (S.O. nº 3.025, de 13/04/94; Decisão nº 4.558/94), estendendo tal medida, inclusive, aos militares que se inativaram ou adquiriram a prerrogativa de se



RUBRICA

inativar antes do advento da Lei nº 8.237/91 (DOU de 30/09/91), bem como a seus pensionistas; c.2) revejam a situação dos inativos que a estejam percebendo no percentual de 140% (cento e quarenta por cento), por terem atingido o tempo computado para inatividade superior a 35 (trinta e cinco) anos, situação esta renunciada, exclusivamente, para os militares das Forças Armadas, no sentido de enquadrá-los na faixa correspondente ao tempo computado superior a 30 (trinta) anos, equivalente ao índice de 120% (cento e vinte por cento), prevista nas legislações específicas adaptadas (Leis nos 5.619/70 e 7.412/85, c/c a Lei nº 9.367/96, para a PMDF; e Lei nº 7.435/85, c/c a Lei nº 9.367/96, para o CBMDF); VII - determinar ao CBMDF que: a) altere, no sentido de uniformizar e de melhor disciplinar o pagamento pela ocupação de função destinada a posto/graduação mais elevado, o procedimento de atribuir situação funcional superior à que o militar efetivamente detém, ensejando o pagamento de soldo a mais (e, conseqüentemente, também da remuneração), pela concessão, nesses casos, das parcelas Substituição e Substituição GCET, conforme regra já adotada em relação a outros bombeiros-militares e igualmente observada pela PMDF; b) comunique a esta Corte os valores devidos e a forma de ressarcimento a ser efetuado do servidor militar que recebeu indevidamente o soldo correspondente a posto superior ao que efetivamente ocupava, constante do parágrafo 117, "c", do relatório de auditoria; VIII - relevar as seguintes impropriedades apontadas no relatório de auditoria: a) quanto aos fatos especificados nos parágrafos 114 e 116, referentes à PMDF, e 117, "a", ao CBMDF, que tratam de divergências entre os valores de soldo pagos e o posto/graduação ocupado, motivadas por falha na atualização de cadastro; b) quanto aos procedimentos adotados por ambas as Corporações para o pagamento a cabos, soldados e seus beneficiários das diferenças salariais inerentes às parcelas Indenização de Representação, Habilitação Militar e Adicional de Inatividade, cuja verificação vincula-se aos termos da Decisão nº 15.669/95, adotada no Processo nº 4.158/95, dispensando-se medidas que visem ao ressarcimento ao erário; IX - recomendar à Procuradoria Geral do Distrito Federal que avalie a possibilidade de intentar as medidas judiciais porventura cabíveis, quanto à parcela Diária de Asilado Judicial percebida por militares reformados ou seus beneficiários, de ambas as Corporações, no sentido de rever a forma de cálculo judicialmente adotada, a qual embute uma majoração de 90% ao valor desse benefício; X - solicitar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que mantenha esta Corte informada acerca do andamento do Mandado de Segurança nº 2000.01.1.049577-3, impetrado por militares ativos e inativos e pensionistas, contra ato do Comandante-Geral da Corporação, que determinou a sustação do pagamento de reajustes salariais dos impetrantes, referente à parcela Decisão Judicial URP; XI - recomendar ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal que promova gestões junto ao Executivo e Legislativo Federais, com a finalidade de se avaliar a possibilidade de rever as normas legais que disciplinam a remuneração dos policiais e bombeiros militares desta Unidade Federativa (Leis nos 5.619/70 e 5.906/73 e suas alterações), reiterando solicitações já emanadas desta Corte nos Processos nºs 2.643/93 e 3.596/94, de auditorias na PMDF; XII - encaminhar cópia do relatório de auditoria e de seu complemento, bem como do Relatório/Voto, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal e aos Comandantes-Gerais da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, no sentido de subsidiar a efetiva implementação das medidas saneadoras pertinentes; XIII - noticiar o Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal e o Procurador-Geral do Distrito Federal, do entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal nos acórdãos relativos aos RE's nºs 197.081-2/RS, 204.645-1/ES, 241.596-9/RS, 248.316-8/RS e 277.666-1/RS, em relação ao tema de que trata o Ofício nº 1.372/AJGCG, de 26/10/00, daquele Comando, dirigido à Presidência deste Tribunal; XIV - solicitar da Polícia Militar do Distrito Federal o encaminhamento a esta Corte de toda a documentação (pareceres, informações, cálculos de despesas etc.) que porventura tenha dado suporte ao pagamento de complemento salarial a cabos e soldados da Corporação, assunto de que

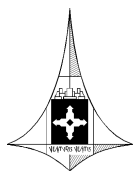


RUBRICA

trata o expediente informado no item precedente, caso providências nesse sentido tenham sido efetivamente implementadas ou estejam em curso; XV - autorizar a 1ª e a 4ª ICEs a avaliarem, mediante auditoria, os procedimentos adotados pelas Corporações em relação à decisão adotada nos autos; XVI - consignar elogio, nos termos do art. 2º da Portaria nº 249/98, aos Analistas de Finanças e Controle Externo Cláudio Roberto Pinto Ribeiro, Matrícula nº 417-1, e Renato Belo Viana Velloso, Matrícula nº 572-0, lotados na 4ª e 1ª Inspetorias, respectivamente, pela dedicação e elevado desempenho funcional no desenvolvimento dos trabalhos de auditoria; XVII - retornar os autos à 4ª ICE, para as providências pertinentes.”

Decisão n.º 756/2002

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento das instruções de fls. 222/228 e 246/256; II - considerar prejudicada a apreciação de mérito do Pedido de Reexame interposto pelos Comandantes-Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal contra a Decisão nº 4535/2001, em face da edição da Medida Provisória nº 2218, de 5/09/2001, que dispõe sobre a remuneração dos militares dessas Corporações; III - relativamente à Decisão nº 4535/2001: a) ratificar as manifestações formuladas nos itens II a V, limitando sua eficácia, porém, às situações ocorridas até 30/09/2001, véspera da vigência dos efeitos da MP nº 2.218/2001, para fins de constatação de eventuais direitos; b) reiterar as determinações consubstanciadas nos itens VI, alínea "a", VII, alínea "b", IX, X, XIII e XIV; c) desconsiderar a determinação contida no item VII, alínea "a", a partir de 1º/10/2001; IV - determinar à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em adição às medidas a que se reporta o item precedente, que: a) para efeito de concessão da vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI, de que trata o art. 61 da MP nº 2.218/2001, decorrente de eventual redução salarial derivada da adoção da nova remuneração por essa estabelecida: a.1) desconsiderem a parcela Adequação art. 2º Lei 7.961/89 e, quanto ao Adicional de Inatividade, a base de cálculo viciada, distinta do soldo/quotas de soldo, tendo em vista o entendimento manifestado nas alíneas "b" e "c" do item VI da Decisão nº 4535/2001, na sua essência, e a exegese que se extrai do art. 58 da referida medida provisória; a.2) deverão, além das parcelas legalmente percebidas pelos militares e seus pensionistas, antes do advento da citada medida provisória, também ser consideradas as decorrentes de sentenças judiciais (a exemplo daquelas objeto de abordagem nos itens IX e X da Decisão nº 4535/2001), observando, entretanto, no caso de desconstituição dessas sentenças, a necessidade de refazimento dos cálculos e da devolução da diferença à Fazenda Pública; b) atentem para o fato de que, a partir de 1º/10/2001, a prática de se conceder ao militar parcelas compensatórias ou remuneração mais elevada, relativamente ao posto/graduação que efetivamente detinha em razão do desempenho de funções que, pela estrutura organizacional do órgão, seria atribuída a outro de hierarquia superior, não mais encontra guarida nas regras atuais, tendo em vista a expressa revogação, pela Medida Provisória nº 2.218/2001, das normas que lhe davam supedâneo (Leis nºs 5.619/70 e 5.906/73), devendo ser adotadas, caso necessário, as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade; V - autorizar: a) o encaminhamento de cópia da instrução e do Relatório-Voto do Relator aos Comandantes-Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, no sentido de subsidiar a efetiva implementação das medidas saneadoras pertinentes; b) a imediata retomada da análise dos processos relativos à remuneração dos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; c) o retorno dos autos à inspetoria competente, para as providências cabíveis.”



5.3.6.3 Ressalte-se que, por meio das decisões retrotranscritas, o Tribunal determinou à PMDF e ao CBMDF a adoção de diversas medidas saneadoras para as irregularidades e impropriedades verificadas nos pagamentos dos militares ativos, inativos e reformados das citadas Corporações, bem como dos seus pensionistas. Ocorre, porém, que, na última apreciação dos autos atinentes à auditoria em comento, ocorrida na assentada de 30.04.2002 (Decisão n.º 1545/2002, f. 167 dos autos), esta Corte conheceu dos Embargos de Declaração interpostos pelos respectivos Comandantes-Gerais, em exercício, daquelas Unidades, contra os itens III e IV da Decisão n.º 756/2002, conferindo-lhe efeito suspensivo, retardando, com isso, o cumprimento das providências demandadas por esta Casa.

5.3.6.4 Em que pese o Eg. Egrégio Plenário ainda não ter se pronunciado quanto ao mérito do aludido recurso, entendemos que este fato não deve constituir óbice ao julgamento das Contas em tela, vez que, em momento algum, se cogitou da responsabilização dos ordenadores de despesas arrolados nesta TCA pelas ocorrências apuradas na referida auditoria. Ademais, conforme se pode verificar no item III da Decisão n.º 4535/2001 retromencionada, o Tribunal decidiu dispensar o ressarcimento ao erário dos valores pagos pelas Corporações distritais (CBMDF e PMDF), em desacordo com os posicionamentos defendidos por esta Corte nas decisões adotadas nos Processos n.º 7.298/91 e 78/92, e que tenham propiciado aos seus integrantes remuneração superior à dos correspondentes das Forças Armadas, até a ciência da aludida decisão, haja vista a complexidade na formulação das estruturas de vencimentos em questão e a enorme dificuldade em compatibilizar, até então (30.09.2001 – véspera da vigência da Medida Provisória n.º 2.218/2001), a legislação específica dos militares locais com as alterações introduzidas em normas correspondentes no âmbito federal;

RUBRICA

5.3.7 Processo n.º 394/00 - Auditoria de Regularidade realizada na área de pessoal do CBMDF em cumprimento ao Plano Geral de Ação para o exercício de 2000. O objeto escolhido para auditoria foi a concessão da indenização de transporte aos militares daquela Corporação, quando de sua passagem para a inatividade, vantagem esta que foi disciplinada pela Lei nº 7.435/85. As razões que levaram à escolha desse ponto para exame foram: 1) o excesso de concessões deste benefício para Bombeiros Militares que passaram para a inatividade e que as cidades por estes indicadas para fixar residência eram, na maioria dos casos, TABATINGA-AM ou CRUZEIRO DO SUL-AC; 2) auditoria realizada na PMDF, Processo n.º 2860/97, que constatou inúmeras fraudes no pagamento desta rubrica; 3) investigação pela Justiça Militar de inúmeros casos com suspeita de fraude nas Forças Armadas, relativos ao pagamento do citado benefício; 4) por último, o TCU também investigava, à época, denúncia veiculada na imprensa referente a irregularidades na concessão da indenização de transporte aos militares da Marinha, Exército e Aeronáutica.

5.3.7.1 Com relação à abrangência das verificações, constatamos que foram examinados os processos que tratam de todas as concessões de indenização de transporte deferidas no exercício de 1999 pelo CBMDF aos militares inativados, tendo sido detectados, pela equipe da Divisão de Auditoria da 1ª ICE, fortes indícios de irregularidades nos procedimentos de concessão e pagamento do aludido benefício. Em razão deste fato, a mesma sugeriu a instauração de tomada de contas especial, com a finalidade de estender as apurações, identificar os responsáveis e quantificar os prejuízos ocorridos no período de 1996 a 2000.

5.3.7.2 Ao apreciar a matéria, o Tribunal proferiu a Decisão nº 3186/2001 (fs. 168 e 169 dos autos), prolatada na S.O. n.º 3578, de 15.05.2001, com o seguinte teor, verbis:



RUBRICA

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I – tomar conhecimento do resultado de auditoria e da documentação de fls. 3/122; II - representar ao Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal quanto à necessidade de implementação das seguintes providências: a) instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos da Resolução nº 102, de 15/7/98, com a finalidade de apurar a extensão das irregularidades ocorridas na concessão e pagamento de indenização de transporte requeridas em razão de passagem para a inatividade de militares daquela Corporação, com o objetivo de identificar os responsáveis e quantificar os prejuízos ocorridos no período de 1996 a 2000; b) exame da conveniência de propor a extinção do direito de transporte quando da passagem dos militares locais para a inatividade, com base nos artigos 21, inciso XIV, e 61, § 1º, inciso II, alínea "c", da Constituição Federal, tendo em vista as razões apresentadas nos autos; III - recomendar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que, diante dos graves e danosos abusos cometidos na concessão da indenização de transporte aos bombeiros que passaram para a inatividade, verificados durante o exercício de 1999, bem como das dificuldades inerentes ao CBMDF para verificação da veracidade das declarações de mudança de domicílio, passe a concessão do direito ao transporte do militar-bombeiro a ser feita mediante a contratação de empresas particulares, tal como previsto no item I 2) da Portaria n.º 23/95; IV – determinar o envio de cópia do Relatório de Auditoria: a) ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal para conhecimento e adoção das medidas julgadas pertinentes para a situação; b) ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; V- autorizar, nos termos do artigo 185 do Regimento Interno, Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990, o Ministério Público junto a esta eg. Corte de Contas a remeter cópia do Relatório ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para adoção das providências requeridas para o caso, tendo em vista os veementes indícios de crimes cometidos contra a Administração militar na obtenção da indenização de transporte; VI – autorizar ainda a remessa de cópia das notas fiscais, fls. 97/ 105 e relação constante do ANEXO IV, fl. 128, à Subsecretaria da Receita/Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, com vistas à adoção de medidas de sua competência, entre outras, verificar a idoneidade fiscal da documentação apresentada, em face das mesmas terem sido utilizadas para comprovação de fatos possivelmente não ocorridos e percepção indevida de vantagens auferidas em detrimento da Administração Pública; VII - sobrestar o julgamento dos processos de Tomada de Contas Anual do CBMDF, referentes aos exercícios de 1996 a 2000, até a conclusão da TCE sugerida no item II-a; VIII – recomendar ao Comandante-Geral do CBMDF que providencie a adoção de medidas tendentes a coibir o uso indevido de bens públicos, em especial a guarda de veículos particulares em pátios do CBMDF e permissão para instalação de outdoor de fins comerciais em áreas da Corporação; IX - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os devidos fins.”

5.3.7.3 Verificamos, por meio de consulta ao SABD (f. 170 dos autos), que, até a presente data, não deu entrada nesta Casa a TCE sugerida no item II-a da decisão retrotranscrita. Ressaltamos, ainda, que, nos termos do item VII da r. decisão, a presente TCA encontra-se com o seu julgamento definitivo sobrestado até a conclusão da aludida tomada de contas especial, que está sendo tratada nesta Corte no Processo n.º 657/2001;



RUBRICA

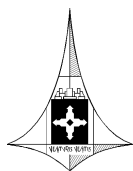
5.3.8 Processo n.º 1275/2002 (apenso) – Tomada de Contas Especial, instaurada pelo CBMDF sob o n.º 053.001.012/2002, com a finalidade de apurar responsabilidade pelo prejuízo decorrente das avarias causadas na viatura de prefixo ARF-09, pertencente à Corporação, em virtude de acidente de trânsito ocorrido no dia 07.07.2002.

5.3.8.1 Mediante o Ofício n.º 335/2002-AG/CBMDF, que foi retificado pelo de n.º 345/2002-AG/CBMDF (fs. 01 e 04 do Apenso n.º 1275/2002, respectivamente), o Comandante-Geral da Corporação comunicou ao Tribunal a instauração da TCE em comento. Via Ofício n.º 432/2002-AG/CBMDF (f. 07 do aludido apenso), o titular da referida Unidade militar informou a esta Corte o encerramento da TCE retromencionada, com base no parágrafo 1º do art. 13 da Resolução n.º 102/98, haja vista que a Comissão Permanente de TCE apontou como responsável pelos danos causados ao erário o Sr. Almir Belarmino de Sousa, condutor do veículo particular, conforme espelha o documento de f. 08 do multicitado apenso.

5.3.8.2 Cumpre ressaltar que, conforme preconizado no art. 14, § 1º, da citada Resolução, o demonstrativo, contendo as informações atinentes às apurações realizadas na TCE objeto do Processo n.º 053.001.012/2002, será encaminhado a esta Casa juntamente com a Tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesas do CBMDF, relativa ao exercício de 2002. Neste sentido, entendemos que o Processo n.º 1275/2002 (apenso) encontra-se em condições de ser arquivado.

5.4 A Unidade ora examinada não foi objeto de Auditoria Programada referente ao exercício de 2000.

6. CONCLUSÕES DA ANÁLISE REALIZADA:



RUBRICA

6.1 Das verificações, conferências e análises das demonstrações, relatórios, pronunciamentos e demais documentos que compõem as presentes Contas e dos elementos de consulta interna, ressaltamos os seguintes aspectos:

6.1.1 a data de envio da presente TCA ao Tribunal ocorreu dentro da dilação concedida mediante o item II da Decisão nº 1864/2002 (fs. 117 e 118 dos autos), proferida na Sessão Ordinária nº 3660, de 14.05.2002, que deferiu a prorrogação do prazo na forma solicitada pelo Ofício nº 276/02-GAB/SEFP, de 02.04.2002, cópia às fs. 113/116 dos autos;

6.1.2 o ciclo de controle interno foi cumprido, estando o Processo nº 040.002.392/2001, apenso, constituído dos elementos e na forma exigida no artigo 140 do RI/TCDF, exceto no que tange à ausência, nesta TCA, do pronunciamento do organizador das Contas sobre a exatidão das receitas do Fundo de Saúde do CBMDF, do Inventário Patrimonial e do relatório do controle interno sobre a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, previstos nos incisos I, IV e VII do aludido comando regimental, respectivamente, bem como em relação à manifestação do Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social sobre a regularidade destas Contas que deixou de indicar, no caso das irregularidades apuradas pelo órgão de auditoria da SEFP, as providências adotadas para resguardo do interesse público, contrariando o disposto no inciso X do mesmo dispositivo da citada Norma Interna desta Casa.

6.1.2.1 No que se refere à ausência de pronunciamento acerca da exatidão das receitas arrecadadas pelo Fundo de Saúde do CBMDF no exercício de 2000, ressaltamos que tal manifestação é extremamente relevante, na medida em que permite a aferição da regularidade dos aludidos ingressos, bem assim dos correspondentes valores apropriados contabilmente. Ressalte-se que a quase totalidade das receitas auferida pelo aludido Fundo é



RUBRICA

proveniente das contribuições dos militares daquela Corporação e, conforme espelha o documento acostado à f. 276 do Apenso n.º 040.002.392/2001, o montante das entradas de recursos desta natureza, no aludido exercício, foi de R\$ 1.416.781,35. Assim, considerando a materialidade dos valores envolvidos, entendemos pertinente determinação desta Corte à SEFP, com vistas a sanar a referida pendência.

6.1.2.2 O Inventário Físico dos Bens Permanentes alocados à Unidade deixou de compor as Contas em apreço, contrariando o disposto no inciso IV do art. 140 do RI/TCDF. Impende registrar que o citado documento é imprescindível à análise da situação patrimonial do Órgão e, portanto, nosso posicionamento é no sentido de solicitar ao CBMDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe ao Tribunal, via Diretoria Geral de Patrimônio da SEFP, o Inventário Patrimonial da Corporação, relativo ao exercício de 2000.

6.1.2.3 Quanto à falta do Relatório previsto no art. 140, inciso VII, do RI/TCDF, impende assinalar que, por intermédio da Decisão n.º 4794/2001 (f. 171 dos autos), prolatada na S.O. n.º 3594, de 19.07.2001, o Tribunal decidiu dar provimento ao recurso interposto pela SEFP e exigir o relatório sobre a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, a que se referem os arts. 140, VII, e 146, IX, do RI/TCDF, somente a partir das Contas relativas ao exercício de 2001. Assim, entendemos que esta Corte possa considerar satisfatória a apresentação da TCA em apreço, em que pese a ausência do citado documento.

6.1.2.4 Registre-se, por oportuno, que a Gerência de Tomada de Contas da SEFP procedeu, no subitem III.7 do Relatório de Auditoria n.º 16/2002-GECET/DECON/SUAUD (fs. 436 a 472 do Apenso n.º 040.002.392/2001), à análise da execução orçamentária do Órgão, tendo detectado a utilização indevida dos recursos alocados aos Programas de Trabalho 06.122.0100.2712.0001 – Manutenção de Serviços Administrativos



RUBRICA

Gerais, 06.122.0100.2713.0001 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e 06.122.0100.8502.0092 – Administração de Pessoal, conforme demonstrado no quadro de f. 471 do apenso retromencionado. Ressaltamos que esta impropriedade será posteriormente apreciada no subitem 6.1.6.17 desta Instrução, oportunidade em que será sugerida a apresentação de justificativas pela Unidade para a falha em comento, razão por que deixaremos de nos alongar sobre a questão neste tópico.

6.1.2.5 Acrescente-se, ainda, que esta Inspetoria, em todo processo de Tomada de Contas Anual, tem procurado suprir a ausência do relatório sobre a eficácia da gestão *sub examen* a partir da análise das informações elencadas no Relatório de Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Trabalho. Neste sentido, apreciando-se os dados constantes dos documentos acostados às fs. 119/121 (UG 220104 – CBMDF) e 281 ((UG 220902 – Fundo de Saúde do CBMDF) do Processo n.º 040.002.392/2001, apenso, podemos considerar que os ordenadores de despesas arrolados nesta TCA não foram eficazes na execução do orçamento atribuído àquelas Unidades Gestoras, vez que, apesar de o montante da despesa realizada (liquidada), no exercício de 2000, ter consumido aproximadamente 98% (UG 220104) e 71% (UG 220902) do total da despesa autorizada (valor orçado), conforme espelham os demonstrativos juntados às fs. 79 e 268, respectivamente, do apenso retrocitado, houve aparente desvio de finalidade no emprego dos recursos destinados à manutenção e conservação do Órgão, porquanto estes foram usados para custear despesas não enquadradas nas ações previstas nos programas de trabalho correspondentes.

6.1.2.6 No que se refere ao fato de não constar do pronunciamento emitido pelo Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, constante à f. 478 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso, nenhuma manifestação acerca das medidas levadas a efeito pela Jurisdicionada quanto às ressalvas e observações constantes do Relatório de

RUBRICA

Auditoria n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD, entendemos que a referida falha prejudica a análise destas Contas, porquanto enseja a baixa dos presentes autos em diligência ao CBMDF, com vistas à apresentação dos esclarecimentos e justificativas cabíveis para algumas ocorrências apontadas pela Gerência de Tomada de Contas da SEFP. Portanto, com o intuito de evitar a repetição dessa ocorrência, nosso posicionamento seria, a princípio, por sugestão no sentido de que o Tribunal determinasse à SESPDS que, doravante, fizesse constar do pronunciamento previsto no art. 10, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/94 e no art. 140, inciso X, do RI/TCDF, as providências adotadas para resguardo do interesse público, sempre que houvesse a indicação pelo controle interno de prática de irregularidades na gestão em apreço. Entretanto, tal medida restaria prejudicada, haja vista o teor da Decisão n.º 3685/2002 (fs. 172 e 173 dos autos), adotada no Processo n.º 960/00, que reconheceu a competência privativa do Governador do Distrito Federal, prevista no art. 117 da LODF, para se pronunciar quanto aos atos praticados pelos Comandantes-Gerais da PMDF e do CBMDF e pelo Chefe da Polícia Civil do Distrito Federal;

6.1.3 ao confrontarmos os valores orçados com os executados em cada elemento de despesa, subprojeto e subatividade, verificamos que foram observados os limites dos créditos legalmente autorizados, fs. 67 a 79 e 95 a 101 do Apenso n.º 040.002.392/2001, no caso da UG 220104 - CBMDF, e fs. 265 a 268 e 271 do mesmo apenso, em relação à UG 220902 - Fundo de Saúde do CBMDF;

6.1.3.1 Ressaltamos, contudo, que os programas de trabalho 06.128.0100.2623.0001 – Manutenção das Brigadas Mirins, 06.182.0800.1216.0028 - Aquisição de Máscaras de Alta Qualidade para os Bombeiros Militares do DF, 06.182.0800.1895.0001 - Construção de Unidade da Brigada Mirim na Ceilândia e 06.182.0800.1895.0002 - Construção do

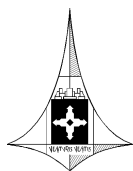
RUBRICA

Quartel do CBMDF em Águas Claras não foram executados no exercício de 2000, tendo em vista o cancelamento dos créditos da dotação inicial.

6.1.3.2 Por meio do Ofício n.º 18/2001 – CBMDF, de 15.01.2001 (f. 249 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso), que encaminhou à SEFP o Relatório de Atividades do CBMDF, apresentado às fs. 250/253 do referido apenso, foi informado que se priorizou, no exercício de 2000, o investimento no setor operacional da Corporação, com a aquisição de equipamentos e viaturas para melhor salvaguardar a comunidade do Distrito Federal. O signatário do aludido documento ressaltou, porém, que o alcance pleno das metas restou prejudicado, tendo em vista os contingenciamentos orçamentários ocorridos nas Fontes 100 (Transferências do GDF) e 130 (Transferências da União). Acrescentou, ainda, que o problema da carência de meios do setor operacional da Corporação só foi minimizado devido aos recursos oriundos de convênios celebrados com outros órgãos e entidades federais e da arrecadação proveniente da cobrança da Taxa de Incêndio e do Alvará de Funcionamento.

6.1.3.3 Quanto ao Fundo de Saúde do CBMDF, o Relatório de Atividades de f. 283 do apenso retrocitado dá conta de que foram atendidos, no exercício de 2000, 16.586 dependentes de militares da Unidade e, também, de que foram adquiridos equipamentos e materiais médico-hospitalar e laboratoriais, com o intuito de se minimizar as despesas com a contratação de clínicas particulares.

6.1.3.4 Mediante consulta ao Sistema Milênio verificamos que, ao final do exercício de 2000, havia crédito disponível nos valores de R\$ 1.017.230,60 e R\$ 365.372,60 para as UGs 220104 – CBMDF e 220902 – Fundo de Saúde do CBMDF, fs. 177 e 178 dos autos, respectivamente, que essas Unidades Gestoras poderiam dispor para dar continuidade à execução de seus orçamentos. Ressalte-se, no entanto, que a utilização daqueles créditos estava condicionada à disponibilidade de recursos nos grupos de

RUBRICA

despesas correspondentes às categorias de gasto discriminadas nas cotas financeiras. Entendemos, sob esse aspecto, que os saldos de R\$ 51.472,86 e de R\$ 10.902,24, registrados, em dezembro/2000, na conta contábil 293110300 - Cota de Despesa Disponível a Empenhar das referidas UGs, fs. 179 e 180 dos autos, indicam que não houve negligência dos ordenadores de despesas da Corporação, bem como do gestor do citado Fundo, ao gerir os créditos orçamentários correspondentes, vez que as cotas financeiras existentes eram suficientes para a realização de apenas uma pequena parcela das metas não atingidas. Com efeito, os recursos financeiros existentes só permitiam a realização de cerca de 5% da Despesa Autorizada Total, no caso da UG 220104, e de 3%, em relação à UG 220902. Ademais, ressaltamos que, provavelmente, a efetiva liberação das cotas correspondentes ocorreu somente no mês de dezembro/2000. Neste sentido, acreditamos que a não utilização dos aludidos saldos também possa ser creditada à exigüidade de tempo para viabilizar, na prática, o pleno emprego dos recursos disponíveis;

6.1.4 as demonstrações contábeis relativas às UGs 220104 – CBMDF e 220902 – Fundo de Saúde do CBMDF, juntadas às fs. 102, 103, 105, 272, 273, 275 e 276 do Processo nº 040.002.392/2001-apenso, não foram apresentadas consoante os mandamentos expressos na Lei n.º 4.320/64, que disciplina as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, vez que as aludidos documentos apresentaram distorções nos valores relativos a saldos de direitos e obrigações, tendo em vista a falta de contabilização ou o registro intempestivo de alguns fatos contábeis, conforme apontado nos subitens III.1.1.1, III.1.1.2, III.1.1.3, III.1.1.5, III.1.1.6, III.1.1.7, III.1.1.13, III.1.1.14, III.1.1.15, III.1.2.1, III.1.2.2 e III.1.2.3 do Relatório de Auditoria n.º 16/2002-GECET/DECON/SUAUD (fs. 436/472 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso), contrariando, assim, o disposto nos arts. 61, 87, 88, 89, 93, 94, 95 e 105 (§ 5º) da citada Lei, bem como os arts. 6º e 9º da Resolução n.º 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade, no que tange ao

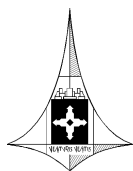
RUBRICA

descumprimento dos Princípios da Oportunidade e da Competência, respectivamente. Ressaltamos que essas falhas serão abordadas a seguir, no subitem 6.1.6 desta Instrução, por ocasião da análise das ressalvas e observações apontadas pelo órgão de auditoria do controle interno no relatório retromencionado.

6.1.4.1 No que concerne às operações de que resultem registros financeiros, cumpre destacar que, pelo fato da arrecadação de receitas e o pagamento de despesas da Administração Direta do GDF serem atribuições exclusivas da Secretaria de Fazenda e Planejamento, não consta dos autos o Balanço Orçamentário da Unidade Gestora 220104 - CBMDF, vez que, se apresentado, evidenciaria tão-somente o lado da Despesa.

6.1.5 A Relação de f. 114 do Apenso nº 040.002.392/2001 demonstra que a Jurisdicionada realizou despesas com a concessão de suprimento de fundos no exercício de 2000. Verificamos, mediante consulta ao Sistema Milênio, que os atos relativos à inscrição em responsabilidade dos supridos e à conseqüente baixa pela prestação de contas dos recursos utilizados foram devidamente registrados na conta contábil 199120600 - Suprimento de Fundos a Comprovar, conforme espelham os documentos acostados às fs. 181/189 dos autos.

6.1.5.1 Segundo informação do Núcleo de Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas, constante do subitem 6.4 do Relatório de fs. 03/15 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso, os servidores Antônio Sardinha da Costa e Rogério Ribeiro Alvarenga tiveram as suas prestações de contas aprovadas pela Gerência de Tomada de Contas/DGC/SUFIN/SEFP. Porém, em relação aos demais supridos, ressaltou que os respectivos processos foram enviados a este Tribunal.



RUBRICA

6.1.5.2 Não obstante, constatamos que apenas os Processos n.ºs 053.000.641/2000, 053.000.642/2000 e 053.000.682/2000, referentes às prestações de contas dos servidores Edilson Bezerra de Oliveira, Grijalba Ferreira Freitas e Alexandre Costa Oliveira, respectivamente, deram entrada nesta Corte e foram apensados ao Processo n.º 2534/2000. As citadas Contas consignaram irregularidades e, por isso, foram encaminhadas ao Tribunal, consoante o disposto no art. 34 do Decreto n.º 13.771, de 07.02.1992, que dispõe, *verbis* :

“Art. 34º As prestações de contas de suprimento de fundos que apresentarem irregularidades insanáveis serão encaminhadas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal pela Secretaria de Fazenda e Planejamento.”

6.1.5.3 O Processo n.º 2534/2000 foi apensado ao de n.º 2825/97 que trata da TCA dos ordenadores de despesas do CBMDF, relativa ao exercício de 1994, para apreciação conjunta. Após a análise das justificativas dos supridos, esta Corte, por intermédio da Decisão n.º 2843/2002 (f. 190 dos autos), proferida na S.O. n.º 3677, de 18.07.2002, decidiu, dentre outras deliberações, tomar conhecimento das citadas prestações de contas, bem como autorizar o arquivamento do Processo n.º 2534/2000 e a devolução à origem dos processos n.ºs 053.000.641/2000, 053.000.642/2000 e 053.000.682/2000.

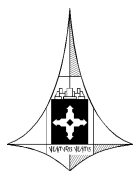
6.1.5.4 Quanto aos processos n.ºs 053.000.681/2000 e 053.000.683/2000, atinentes às prestações de contas dos suprimentos concedidos aos servidores Alexandre Costa da Silva e Sérgio Ricardo Souza Santos, respectivamente, verificamos que, até a presente data, os referidos autos não deram entrada nesta Casa, segundo evidenciam as telas do SABD, acostadas às fs. 191 e 192 dos autos. Contudo, deixaremos de solicitar o encaminhamento dos processos em epígrafe, tendo em vista que, por intermédio da Decisão n.º 4703/2002 (f. 212 dos autos), adotada no Processo n.º 313/02, o Tribunal aprovou minuta de Emenda Regimental, alterando a

RUBRICA

sistemática de comprovação junto a esta Corte das despesas efetivadas por meio de suprimentos de fundos. Com efeito, extrai-se do citado normativo que, doravante, não mais serão encaminhadas a esta Casa as prestações de contas dos suprimentos de fundos de caráter ordinário, pois verificada a sua regularidade ou após saneadas eventuais falhas meramente formais, os respectivos autos ficarão arquivados no órgão próprio de contabilidade ou de controle interno do órgão ou entidade, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, até a aprovação da tomada de contas anual dos ordenadores de despesas. Constatada irregularidade que não resulte em dano ao erário, o órgão responsável pelo exame da mesma deverá tomar as medidas saneadoras que o caso requer, indicando-as na tomada ou prestação de contas anual ou, quando for o caso, extraordinária, dos ordenadores de despesa. Porém, diante de irregularidade que resulte em dano ao erário ou da omissão no dever de prestar contas, a autoridade competente deverá determinar a abertura de tomada de contas especial, nos termos da legislação de regência. Quanto às despesas de caráter reservado realizadas por intermédio de suprimento de fundos, a aludida Emenda estabelece que as informações correspondentes constarão de demonstrativo a ser encaminhado a esta Casa;

6.1.6 sobre as ressalvas e observações constantes do Relatório de Auditoria nº 016/2002 - GECET/DECON/SUAUD (fs. 436/472 do Processo nº 040.002.392/2001 - apenso), temos as seguintes considerações a fazer:

6.1.6.1 subitem III.1.1.1 - ressalva referente à constatação de divergência, no valor de R\$ 2.220,93, entre o saldo de R\$ 454.831,30, registrado, ao final do exercício de 2000, na conta contábil 1.1.1.1.3.08.00 – Aplicação Financeira (Fundo - Curto Prazo) da UG 220902 – Fundo de Saúde do CBMDF, e a importância de R\$ 457.052,23, consignada, em 31.12.2000, no extrato bancário da conta 100.801.175-1 – GDF/CBMDF/Fundo de Saúde, mantida junto ao BRB, conforme a seguir:



RUBRICA

CONTA	UG/GESTÃO	VALOR REGISTRO CONTÁBIL(A)	VALOR EXTRATO BANCÁRIO(B)	DIFERENÇA(B-A)
1.1.1.1.3.08.00	220902/22902	454.831,30	457.052,23	2.220,93

Fonte: Balancete da Unidade Gestora 220902 – Fundo de Saúde do CBMDF (fs. 255/263 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso), Demonstrativo de Conciliação Bancária das Aplicações Financeiras de Fundos Especiais (fs. 383/385 do aludido apenso) e Memorando do BRB, contendo informações acerca dos saldos existentes, em 31.12.2000, em contas correntes e de aplicações financeiras do GDF (fs. 386 e 387 do apenso retrocitado).

6.1.6.1.1 Segundo assinalou a Gerência de Tomada de Contas da SEFP, a citada diferença é devida a rendimentos de aplicação financeira não apropriados no exercício de 2000, o que contraria os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade(CFC), no que se refere aos Princípios da Oportunidade e da Competência, bem como o art. 89 da Lei n.º 4.320/64.

6.1.6.1.2 Ressaltamos que divergências de mesma natureza foram, também, observadas em TCAs de outras Jurisdicionadas que administram fundos especiais e aplicam os respectivos recursos no mercado financeiro. A impropriedade é decorrente do procedimento adotado, à época, pela SEFP, para a contabilização dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, vez que a citada Secretaria somente considerava esses ganhos como receita realizada por ocasião do seu resgate.

6.1.6.1.3 Impende registrar, porém, que, consoante posicionamento defendido em outras oportunidades, discordamos da sistemática então adotada por essa Secretaria, pois, quando o Banco efetua o crédito dos rendimentos na conta de aplicação, eles se tornam imediatamente disponíveis para utilização pela Unidade e, portanto, devem, a partir deste momento, ser considerados como “receita arrecadada” e ter sua apropriação contábil efetuada no mesmo exercício financeiro em que se deu o efetivo ingresso desses recursos, tendo em vista que, na Administração Pública, a



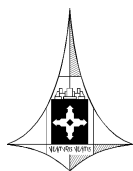
RUBRICA

contabilização das receitas obedece ao "Regime de Caixa", de conformidade com o estabelecido no art. 35, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

6.1.6.1.4 Acrescente-se, ainda, que a SEFP foi questionada quanto ao fato por ocasião da análise da TCA dos ordenadores de despesas da então SEMATEC/DF e do Fundo Único de Meio Ambiente (FUMA/DF), relativa ao exercício de 1997 (Processo nº 3996/98). Na oportunidade, aquela Secretaria, em cumprimento à determinação do Tribunal contida no item V da Decisão n.º 8583/2000 (fs. 193 e 194 dos autos), informou, via MEMO nº 26/2000-DIFI/DGAF/SUFIN/SEFP (f. 195 dos autos), juntado ao processo em epígrafe, que passaria a contabilizar tais rendimentos a partir do encerramento do exercício de 2000. Em decorrência, a citada justificativa foi considerada satisfatória por esta Corte.

6.1.6.1.5 Todavia, conforme se pode observar na ressalva apontada pelo órgão de auditoria da SEFP, a falha em comento continuava ocorrendo ao término do aludido exercício. Assim, consideramos pertinente determinação a essa Secretaria para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente justificativa para o fato de não ter apropriado, até o final do exercício de 2000, os rendimentos decorrentes da aplicação financeira, em fundo de curto prazo, dos recursos do Fundo de Saúde do CBMDF, o que resultou na divergência mencionada pelo controle interno no subitem III.1.1.1 do Relatório de Auditoria n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD;

6.1.6.2 as ressalvas apontadas nos subitens III.1.1.2, III.1.1.3, III.1.1.5, III.1.1.6, III.1.1.7, III.1.1.13, III.1.1.14, III.1.1.15 e III.1.2.2, bem como as observações consignadas nos subitens III.1.2.1 e III.1.2.3 do Relatório em epígrafe evidenciam a existência de fragilidade nos controles contábeis da Unidade e caracterizam, a nosso ver, a ocorrência de irregularidades graves, porquanto resultaram de atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar, que ocasionaram distorções nas Demonstrações Contábeis do

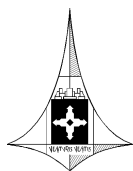
RUBRICA

Órgão, tendo em vista a falta de contabilização ou o registro intempestivo de alguns bens, direitos e obrigações, contrariando, assim, os arts. 61, 87, 88, 89, 93, 94, 95 e 105 (§ 5º) da Lei n.º 4.320/64, os arts. 6º e 9º da Resolução n.º 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no que tange ao descumprimento dos Princípios da Oportunidade e da Competência, respectivamente, bem como o art. 42 do Decreto n.º 16.098/94 e o disposto no Decreto n.º 21.650, de 26.10.2000.

6.1.6.2.1 Nesse sentido, entendemos cabível, preliminarmente, determinar ao CBMDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe a esta Corte informações acerca das providências adotadas, com vistas ao saneamento das pendências elencadas pelo órgão de auditoria da SEFP, acompanhadas, quando for o caso, dos comprovantes das regularizações efetivadas. Acrescente-se, ainda, que os fatos retromencionados ensejam a aplicação da multa prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/94 aos responsáveis que deram causa àquelas irregularidades. Entretanto, deixaremos para sugerir a audiência dos mesmos, a fim de se defenderem quanto a essa penalidade, somente após o cumprimento pela Jurisdicionada das diligências propostas nestes autos, vez que, no interregno, poderão surgir outras irregularidades que também demandarão a apresentação de razões de justificativa;

6.1.6.3 subitem III.1.1.4 – ressalva relativa ao fato de o CBMDF não ter corrigido o valor das parcelas descontadas em folha de pagamento, atinentes a débitos de militares da Corporação, conforme demonstrado no quadro constante à f. 439 do Apenso n.º 040.002.392/2001.

6.1.6.3.1 Ressaltamos que o referido procedimento, além de contrariar as normas que regem a atualização monetária de valores devidos ao erário distrital, ocasionou prejuízos aos cofres públicos, em razão do recolhimento a menor das importâncias devidas. Assim, somos por

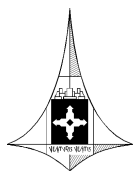
RUBRICA

determinação do Tribunal à Unidade no sentido de promover o levantamento de todos os casos em que houve a citada falha, com vistas ao recebimento das diferenças resultantes da falta de correção dos aludidos débitos, utilizando como indicadores, nos cálculos de atualização correspondentes, a UFIR e o INPC, consoante estabelecido pela Lei distrital n.º 1.118, 21.06.96, e pela Lei Complementar n.º 435, de 27.12.2001, respectivamente;

6.1.6.4 a análise das ressalvas constantes dos subitens III.1.1.7, III.1.1.8, III.1.1.9, III.1.1.10 e III.1.1.11, bem assim da observação registrada no subitem III.1.1.12 restou prejudicada, haja vista a ausência nestas Contas do Inventário Patrimonial do Órgão, atinente ao exercício de 2000. Destarte, entendemos pertinente solicitar ao CBMDF que, além do encaminhamento do referido documento, se manifeste quanto às medidas adotadas para sanar as impropriedades apontadas pela Gerência de Tomada de Contas da SEFP;

6.1.6.5 subitens III.2.4 e III.2.5.2 - ressalvas atinentes a irregularidades verificadas nos processos n.ºs 053.000.115/2000 e 053.000.794/2000, que tratam da contratação de empresas concessionárias de veículos, por meio de dispensa de licitação fundamentada no art. 24, inciso XVII, da Lei n.º 8.666/93, para a execução de serviços de revisão programada e reposição de peças em viaturas da Corporação.

6.1.6.5.1 Ressaltamos que a contratação da empresa Bali Brasília Automóveis Ltda. (Processo n.º 053.000.115/2000), para prestação de serviços de revisão em veículos da marca FIAT (modelo Ducato), foi objeto de apreciação pelo Tribunal no Processo n.º 455/2002, sobre o qual já nos pronunciamos no subitem 5.3.4 desta Instrução. Impende registrar, ainda, que, por intermédio da Decisão n.º 3954/2002 (f. 122 dos autos), esta Corte deliberou, dentre outras medidas, julgar improcedentes as justificativas apresentadas em atendimento à Decisão n.º 2510/2002 (f. 157 dos autos), bem como fixar, com base no art. 57, incisos II e III, da Lei Complementar n.º



RUBRICA

01/94, multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) ao Coronel QOBM/RRM Benjamim Ferreira Bispo, ordenador de despesas arrolado na presente TCA, em face das seguintes irregularidades verificadas no referido processo:

- a) desobediência ao princípio da licitação insculpido no art. 2º da Lei n.º 8.666/93, em decorrência de existir no mercado do Distrito Federal várias empresas concessionárias da FIAT Automóveis S.A. que oferecem o mesmo serviço contratado sem perda da garantia de fábrica;
- b) ausência de justificativas para escolha da empresa Bali Brasília Automóveis Ltda., não constando dos autos a comprovação do ajuste contratual de compra dos veículos que vincule a manutenção da garantia ao serviço contratado, contrariando o art. 24, inc. XVII, c/c o art. 26, parágrafo único, inc. II, da Lei n.º 8.666/93;
- c) ausência de justificativa do preço contratado, infringindo o art. 26, parágrafo único, inc. III, da mencionada Lei.

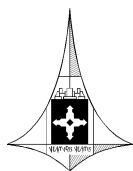
6.1.6.5.2 Em seguida, no item IV da citada Decisão n.º 3954/2002, ordenou a anotação dos fatos apurados no Processo n.º 455/02 para efeito de julgamento conjunto nas contas anuais do CBMDF, referentes ao exercício de 2000, objeto dos presentes autos. Conforme se pode observar, as irregularidades apontadas pelo controle interno são as mesmas abordadas pela Corte no aludido processo e resultaram de graves infrações à norma legal (Lei n.º 8.666/93), bem como da prática de atos de gestão antieconômicos, com possíveis danos ao erário. Destarte, essas ocorrências devem ser consideradas, juntamente com outras porventura apuradas na TCA em tela, para fins de um eventual julgamento irregular ou regular com ressalvas das Contas do ordenador de despesas responsabilizado nos autos em epígrafe, tendo em vista o disposto no art. 17, incisos II e III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar n.º 1/94;

RUBRICA

6.1.6.6 subitem III.2.5 – ressalva alusiva à constatação de que a ocupação e a exploração de áreas internas da Corporação, para fins comerciais, ocorreram sem a cobrança de taxas de ocupação e sem a formalização do devido contrato de permissão de uso, cuja assinatura deve ser precedida de procedimento licitatório, conforme preconizado no art. 2º da Lei n.º 8.666/93.

6.1.6.6.1 Segundo assinalou o órgão de auditoria do controle interno, o CBMDF providenciou a regularização das concessões relativas aos refeitórios do Quartel do Comando Geral e do Centro de Manutenção, por meio da Concorrência nº 02/2000, inclusive com a definição dos valores cobrados a título de taxa de ocupação. Ressaltou, também, que, com relação às demais áreas internas, estavam sendo tomadas as medidas necessárias à realização do devido procedimento licitatório. Assim, considerando que a Corporação já adotou as providências cabíveis, visando à regularização da questão em tela, e que os resultados alcançados poderão ser posteriormente aferidos no Processo n.º 973/2002 (f. 196 dos autos), que cuida de inspeção em diversos órgãos do GDF (inclusive no CBMDF), a fim de verificar a situação das áreas cedidas para fins comerciais, entendemos que a pendência em comento encontra-se solucionada;

6.1.6.7 subitem III.2.6 – ressalva concernente à verificação de pagamento superior aos valores constantes das propostas apresentadas pelas firmas Bali Automóveis Ltda. e Brasília Motors Ltda., contratadas para executar revisão e reposição de peças em viaturas da Corporação, conforme Processos n.ºs 053.000.115/2000 e 053.000.794/2000, tendo em vista o faturamento a maior dos serviços prestados por essas empresas. Detectou-se, também, a ocorrência de cobrança em duplicidade pelos serviços de revisão referentes à viatura UTE 284. Constatou-se, ainda, que, na dispensa de licitação tratada no Processo n.º 053.000.614/2000, cujo objeto era a prestação de serviços de Estudo Eletrofisiológico e Ablação, a firma contratada (INCOR – Instituto do



RUBRICA

Coração de Taguatinga Ltda.) majorou o preço cotado inicialmente de R\$ 8.201,00 para R\$ 9.164,94, alegando que a proposta apresentada não incluía os honorários médicos correspondentes à internação em apartamento. Com isso, o valor total pago superou a importância cotada pelo concorrente.

6.1.6.7.1 Ressaltamos que os aludidos pagamentos indevidos certamente teriam sido evitados se, por ocasião da regular liquidação da despesa, o Órgão tivesse procedido à aferição da conformidade dos preços faturados com os constantes do respectivo contrato ou instrumento equivalente, celebrado com a empresa prestadora do serviço, consoante preconizado nos arts. 62 e 63, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 4.320/64. Considerando, portanto, que as ocorrências em comento resultaram em prejuízo aos cofres públicos, nosso posicionamento é por determinação ao CBMDF para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente justificativa quanto as citadas irregularidades, bem como informe as medidas adotadas, na forma da Resolução n.º 102/98 desta Corte, com vistas ao ressarcimento do dano ao erário;

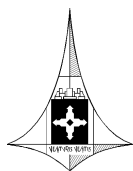
6.1.6.8 As ressalvas constantes dos subitens III.4.1, III.4.2, III.4.3 e III.4.5 apontaram a existência de diversas falhas nos procedimentos relativos à concessão de diárias e ajuda de custo pelo CBMDF, revelando, assim, a fragilidade dos controles internos adotados pelo Órgão, bem como evidenciaram, também, a ocorrência de possíveis pagamentos indevidos a militares da Corporação, em razão de seu deslocamento para participação em cursos, estágios, congressos e, ainda, viagens de estudo e eventos esportivos realizados no exterior, em desacordo com as normas em vigor e com as determinações e orientações desta Corte. Nesse sentido, entendemos cabível, preliminarmente, determinar à Jurisdicionada que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente os devidos esclarecimentos para as referidas irregularidades e impropriedades, informando, também, as providências levadas a efeito, com vistas ao ressarcimento de eventuais danos causados ao erário;



6.1.6.9 subitens III.5.1, III.5.2 e III.5.3 – ressalvas e observações referentes a irregularidades constatadas no exame das despesas com tarifas telefônicas, a saber: ausência de controle das ligações realizadas em caráter particular; pagamentos pela prestação de serviços de telefonia estranhos à natureza das atividades desempenhadas pela Corporação, sem a devida justificativa e gastos excessivos com telefonia móvel (as chamadas para celular representaram cerca de 50% do total das despesas telefônicas do CBMDF).

6.1.6.9.1 Considerando que não consta dos autos da presente TCA nenhuma informação acerca dos fatos apontados pela Gerência de Tomada de Contas da SEFP, somos por determinação à Unidade para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda à análise das faturas telefônicas relativas ao exercício de 2000, objetivando a apuração dos valores atinentes a cobranças de serviços realizados em caráter particular ou que não se coadunem com a natureza da missão do Órgão, promovendo a identificação dos responsáveis, o correspondente ressarcimento ao erário e o encaminhamento a este Tribunal dos comprovantes das regularizações efetivadas. Quantos aos gastos elevados com chamadas para celular, cujo montante representou aproximadamente 50% do total das ligações telefônicas no aludido exercício, conforme observado pelo controle interno no subitem III.5.3 do Relatório de Auditoria n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD, entendemos tratar-se de assunto interno da Corporação e, portanto, não deve ser objeto de questionamento por esta Corte;

6.1.6.10 subitem III.6.4 – ressalva relativa à falta de registro contábil e de pagamento das multas de trânsito emitidas pelo DETRAN e pelo DER, em decorrência de infrações cometidas nos exercícios de 1996 a 2000, segundo espelha a relação constante do quadro de 469 do Processo n.º



RUBRICA

040.002.392/2001-apenso, contrariando o estipulado na Portaria n.º 04/92 – SAT, de 05.02.92.

6.1.6.10.1 Ante a ausência de elementos nos autos que nos permitam manifestar sobre a regularização da pendência em comento, nosso posicionamento é por determinação do Tribunal ao CBMDF para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, efetue o devido registro contábil da obrigação correspondente às citadas infrações, bem como comprove junto a esta Corte o pagamento das respectivas multas pelos motoristas infratores ou pelo titular do órgão setorial de transportes, conforme preconizado no subitem 3.1 da referida portaria;

6.1.6.11 a nosso ver, as observações consignadas nos subitens III.2.1.1 a III.2.1.5, III.2.1.7 e III.2.1.9 a III.2.1.14, atinentes a impropriedades verificadas em processos de licitação e sua dispensa ou inexigibilidade, conforme demonstrado no quadro constante do subitem 4.6.28 desta Instrução, caracterizam, em sua maioria, apenas falhas formais das quais não resultou nenhum dano ao erário e, portanto, devem ser consideradas em um eventual julgamento regular com ressalvas das presentes Contas, sem prejuízo de determinar ao CBMDF a adoção das medidas necessárias a evitar a sua repetição. Todavia, como ainda há nos autos algumas pendências a serem esclarecidas pelo CBMDF, deixaremos para apresentar tal sugestão, se for o caso, somente após o cumprimento das respectivas diligências;

6.1.6.11.1 Não obstante, os subitens III.2.1.6 e III.2.1.8 evidenciaram irregularidades apuradas em processos de inexigibilidade de licitação ou de sua dispensa, porquanto não houve a devida comprovação da inviabilidade de competição, preconizada no art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93, e nem a justificativa dos preços contratados, em atenção ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, da citada Lei, com vistas a verificar se os mesmos eram compatíveis com os praticados no mercado. Ressalte-se que, a nosso

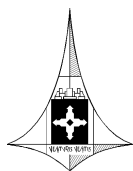
RUBRICA

ver, as aludidas ocorrências resultaram de atos praticados com grave infração à norma legal e, portanto, ensejam a aplicação da multa prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/94 aos responsáveis que lhes deram causa. Entretanto, deixaremos para sugerir a audiência dos mesmos, a fim de se defenderem quanto a essa penalidade, somente após o cumprimento pela Jurisdicionada das diligências propostas nestes autos, vez que, no interregno, poderão surgir outros fatos que também demandarão a apresentação de razões de justificativa;

6.1.6.12 subitens III.2.2 e III.2.3 – observações atinentes a diferenças constatadas entre os valores constantes das estimativas de preços, elaboradas pelo Centro de Suprimento e Manutenção – CSM, e os contratados pela Unidade, por ocasião da verificação da conformidade destes com os preços praticados no mercado, em atendimento ao preconizado no art. 43, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93.

6.1.6.12.1 No primeiro caso (subitem III.2.2), foram detectadas divergências significativas entre os valores estimados e os preços cotados pelos licitantes. Entretanto, conforme se pode observar no quadro de fs. 452 e 453 do Apenso n.º 040.002.392/2001, o valor licitado ficou abaixo do estimado, o que é o desejável, vez que o procedimento da licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Ademais, nenhuma das propostas ofertadas apresentou preços manifestamente inexecutáveis.

6.1.6.12.2 Quanto ao subitem III.2.3, verifica-se, no quadro constante à f. 454 do apenso retrocitado, que, neste caso, os preços contratados foram superiores aos valores estimados. Ressalte-se, também, que, embora as diferenças apuradas sejam menores que as mencionadas no subitem anterior, elas ficaram acima do parâmetro aceitável pelo Tribunal, vez que, esta Corte, na S.O. n.º 3232, de 18.03.97, quando da apreciação do Processo n.º 5072/96, prolatou a Decisão n.º 1429/97 (fs. 197 a 199 dos autos), pela qual determinou



RUBRICA

à Secretaria de Governo, no item 5, alínea “a”, da r. decisão, que aperfeiçoasse seus procedimentos de estimativa de valor para compras, levando em consideração, também, as realizadas anteriormente para objetos idênticos ou semelhantes e rejeitasse, nas licitações, ofertas acima do limite de 10% como regra geral ou outro percentual compatível com os índices de inflação à época da compra.

6.1.6.12.3 Não obstante, considerando que a referida falha decorreu mais de deficiências na metodologia de estimação empregada pelo Órgão do que de uma provável má-fé dos licitantes vencedores do certame e, ainda, que se tratou de caso isolado, porquanto foi observado apenas no Processo n.º 053.000.813/2000, entendemos que o Tribunal possa, em caráter excepcional, relevar a aludida impropriedade. Acrescente-se, por fim, que as ocorrências apontadas nos subitens III.2.2 e III.2.3 do Relatório de Auditoria n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD certamente teriam sido evitadas se o CBMDF tivesse, à época, submetido as mencionadas aquisições à sistemática adotada pela então Central de Compras do Distrito Federal (atual Subsecretaria de Compras e Licitações da SEFP), criada pela Lei n.º 2.340/99. Assim, somos por determinação àquela Corporação no sentido de que, doravante, realize as suas aquisições via Subsecretaria de Compras e Licitações da SEFP;

6.1.6.13 a nosso ver, as observações consignadas nos subitens III.3.1 a III.3.9, atinentes a impropriedades detectadas em convênios e contratos celebrados com terceiros pela Unidade, consoante demonstrado no quadro constante do subitem 4.6.31 desta Instrução, caracterizam, em sua maioria, apenas falhas formais das quais não resultou nenhum dano ao erário e, portanto, devem ser consideradas em um eventual julgamento regular com ressalvas das presentes Contas, sem prejuízo de determinar à Jurisdicionada a adoção das medidas necessárias a evitar a repetição das citadas ocorrências. Todavia, como ainda há nos autos algumas pendências a serem esclarecidas



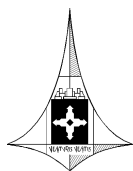
RUBRICA

pelo CBMDF, deixaremos para apresentar tal sugestão, se for o caso, somente após o cumprimento das respectivas diligências;

6.1.6.14 subitem III.4.4 – observação alusiva à autorização de diárias, no valor total de R\$ 77.119,78, para a participação de servidores nos cursos de Análise de Sistema e Processamento de Dados e de Especialização em Políticas Públicas, realizados na cidade do Rio de Janeiro/RJ, não obstante o fato de tais cursos serem oferecidos em Brasília pela Universidade Católica de Brasília e pela Universidade de Brasília, respectivamente.

6.1.6.14.1 Em princípio, entendemos que a referida despesa configura a prática de um ato de gestão antieconômico, do qual resultou injustificado dano ao erário, e, portanto, passível de ser punido com a multa preconizada no art. 57, inciso III, da Lei Complementar n.º 1/94, vez que o Administrador poderia ter alcançado o mesmo resultado com menor dispêndio de recursos. Entretanto, antes de adentrarmos ao exame de mérito do citado gasto, faz-se necessário, preliminarmente, buscar junto ao CBMDF os elementos informadores da decisão tomada, isto é, os pressupostos fáticos que nortearam a prática do aludido ato. Neste sentido, entendemos cabível determinar ao Órgão que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe a esta Corte os processos relativos à concessão e ao pagamento das diárias retromencionadas;

6.1.6.15 as observações consignadas nos subitens III.6.1, III.6.2 e III.6.3, concernentes a diferenças detectadas nos registros de quilometragem, constantes dos Mapas de Consumo Mensal e de Consumo Diário e dos Tíquetes de Combustível, evidenciam a existência de fragilidade nos controles da movimentação e do consumo dos veículos pertencentes à frota do CBMDF. Assim, entendemos pertinente determinação a essa Unidade no sentido adotar as medidas necessárias à correção das aludidas impropriedades;

RUBRICA

6.1.6.16 subitem III.7.1 – observação referente à realização de despesas sem emissão prévia de nota de empenho, documento que formaliza o ato correspondente ao empenho da despesa, conforme demonstram os exemplos constantes do quadro de f. 470 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso, em desacordo com o disposto nos arts. 60 e 61 da Lei n.º 4.320/64 e no art. 42 do Decreto n.º 16.098/94. Considerando que se trataram apenas de casos isolados, com pequena representação diante do montante das despesas empenhadas pelo CBMDF no exercício de 2000, nosso posicionamento é no sentido de que tal fato não deva macular a gestão em apreço. Destarte, entendemos que o Tribunal possa relevar, em caráter excepcional, a falta em comento, sem prejuízo de determinar ao Órgão que adote as providências cabíveis, com vistas a evitar a repetição da aludida ocorrência;

6.1.6.17 subitem III.7.2 – observação relativa ao fato de a Unidade ter utilizado indevidamente os recursos alocados aos Programas de Trabalho 06.122.0100.2712.0001 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, 06.122.0100.2713.0001 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e 06.122.0100.8502.0092 – Administração de Pessoal na realização de despesas que fogem ao escopo das respectivas metas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA/2000), conforme demonstrado no quadro de f. 471 do Apenso n.º 040.002.392/2001.

6.1.6.17.1 Ressaltamos que, em princípio, o fato retrocitado caracteriza a ocorrência de desvio de finalidade no emprego dos recursos da dotação consignada aos aludidos programas de trabalho e, portanto, enseja determinação do Tribunal à Jurisdicionada para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente os devidos esclarecimentos para a irregularidade em comento;

6.1.7 no que se refere às ressalvas mencionadas no Relatório de TCA n.º 031/2001 – NPCOD/GTC (fs. 03/15 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso), ressaltamos o seguinte:



RUBRICA

6.1.7.1 subitem 6.7 – atinente à existência, ao final do exercício de 2000, de saldos nas contas contábeis 112290100 – Pagamentos Indevidos, 112290500 – Responsáveis por Danos – Em apuração e 112291100 – Suprimentos de Fundos Não Comprovados, conforme demonstram os extratos do SIAFEM que acostamos às fs. 200/204 dos autos. Com relação aos saldos da conta 112290100 – Pagamentos Indevidos, apuramos que estes foram regularizados, segundo comprova o documento de f. 205 dos autos. No que tange aos suprimentos de fundos não comprovados, constatamos que permanecem pendentes de baixa, até a presente data (f. 206 dos autos), apenas os valores correspondentes aos servidores Alexandre Costa da Silva e Sérgio Ricardo Souza Santos. Impende registrar, porém, que já nos pronunciamos quanto a esta questão no subitem 6.1.5.4 desta Instrução. Por fim, quanto aos registros constantes da conta 112290500 – Responsáveis por Danos – Em Apuração, ressaltamos que, embora a maioria dos respectivos saldos continue ainda sem regularização (fs. 207 e 208 dos autos), as inscrições correspondentes são resultantes de procedimentos normais de apuração de responsabilidade, cujo acompanhamento está sendo efetuado pela Gerência de Tomada de Contas da SEFP, por meio do Processo n.º 040.001.724/2001, em consonância com o disposto no art. 41 do Decreto n.º 16.098/94, e, portanto, não devem condicionar o julgamento da TCA em exame. Ademais, os ordenadores de despesas arrolados nas presentes Contas não figuram inscritos na citada conta contábil por fatos relacionados com a gestão em apreço;

6.1.7.2 subitem 6.9 – alusivo à ausência nestas Contas do processo referente ao Inventário Patrimonial. Ressalte-se que já nos manifestamos acerca desta pendência no subitem 6.1.2.2 desta Instrução;

6.1.8 com relação aos fatos apontados pelo Núcleo de Órgãos Autônomos/GCAC/DGC/SEFP e pelo Núcleo de Fundos



RUBRICA

Especiais/GCAC/DGC/SEFP, às fs. 432 a 434 do Apenso n.º 040.002.392/2001, ressaltamos que não foi possível comprovar, por meio de consulta ao Sistema Milênio, a regularização dos saldos existentes, ao final do exercício de 2000 (fs. 209/211 do apenso retro), nas contas contábeis 211130200 – IRRF de Terceiros – PF/PJ (R\$ 747,40, UG 220104 – CBMDF), 211130200 – IRRF de Terceiros – PF/PJ (R\$ 87,25, UG 220902 – Fundo de Saúde do CBMDF) e 211140200 – ISS Retenção (R\$ 116,33, UG 220902 – Fundo de Saúde do CBMDF). Por se tratar de valores referentes a retenção de impostos, cujo recolhimento encontra-se pendente, entendemos cabível determinar ao Órgão que efetue a conciliação das citadas contas, a fim de identificar as causas que impediram o pagamento dos aludidos tributos.

6.1.9 resumindo, os seguintes assuntos, destacados pelo controle interno, permanecem, ainda, sem comprovação de regularização e, portanto, demandam determinação desta Corte à Jurisdicionada, no sentido de que sejam apresentados os esclarecimentos cabíveis e/ou adotadas as devidas providências saneadoras:

- a ausência nestas Contas do Inventário Patrimonial referente ao exercício de 2000, bem como as impropriedades consignadas nos subitens III.1.1.7, III.1.1.8, III.1.1.9, III.1.1.10 e III.1.1.11 do Relatório de Auditoria n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD;
- as pendências contábeis apontadas pela Gerência de Tomada de Contas da SEFP nos subitens III.1.1.2, III.1.1.3, III.1.1.5, III.1.1.6, III.1.1.7, III.1.1.13, III.1.1.14, III.1.1.15, III.1.2.1, III.1.2.2 e III.1.2.3 do aludido relatório, referentes à falta de contabilização ou o registro intempestivo de alguns bens, direitos e obrigações no exercício de 2000, que ocasionaram distorções nas Demonstrações Contábeis do Órgão, em desacordo com o preconizado nos arts. 61, 87, 88, 89, 93, 94, 95 e 105, § 5º, da Lei n.º 4.320/64, no art. 42 do Decreto n.º 16.098/94, no Decreto n.º 21.650, de 26.10.2000, e nos arts. 6º e 9º da Resolução n.º 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade, no que se refere aos



RUBRICA

princípios contábeis da oportunidade e da competência, respectivamente;

- a falta de correção monetária do valor das parcelas descontadas em folha de pagamento, atinentes a débitos de militares do CBMDF, ocasionando prejuízos aos cofres públicos, conforme mencionado no subitem III.1.1.4 do relatório retrocitado;
- os pagamentos indevidos efetuados às empresas Bali Automóveis Ltda. e Brasília Motors Ltda., contratadas para executar serviços de revisão e reposição de peças em viaturas da Corporação, e à firma INCOR – Instituto de Coração de Taguatinga, porquanto apresentaram faturas com preços superiores aos constantes das respectivas propostas, consoante apontado no subitem III.2.6 do relatório em epígrafe;
- as concessões irregulares de diárias e de ajuda de custo aos militares da Unidade que participaram de cursos, estágios, congressos e, ainda, de viagens de estudo e eventos esportivos no exterior, contrariando as normas em vigor, bem assim as determinações e orientações desta Corte, segundo mencionado nos subitens III.4.1, III.4.2, III.4.3, III.4.4 e III.4.5 do multicitado relatório;
- a apuração das despesas com ligações telefônicas indevidas, no exercício de 2000, com vistas ao ressarcimento dos respectivos valores (subitens III.5.1 e III.5.2 do Relatório de Auditoria n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD);
- a falta de registro contábil e de pagamento das multas de trânsito emitidas pelo DETRAN e pelo DER, em decorrência das infrações cometidas nos exercícios de 1996 a 2000 (subitem III.6.4 do referido relatório do controle interno);
- a correção das falhas detectadas no controle da movimentação e do consumo dos veículos pertencentes à frota do Órgão, conforme apontado nos subitens III.6.1, III.6.2 e III.6.3 do relatório retrocitado;
- a utilização indevida dos recursos alocados aos Programas de Trabalho 06.122.0100.2712.0001 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais,



RUBRICA

06.122.0100.2713.0001 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e 06.122.0100.8502.0092 – Administração de Pessoal na realização de despesas em desacordo com as respectivas metas previstas na Lei Orçamentária Anual/2000, segundo assinalado no subitem III.7.2 do mesmo relatório;

- os saldos registrados, em 31.12.2000, nas contas contábeis 211130200 – IRRF de Terceiros – PF/PJ (R\$ 747,40, UG 220104 – CBMDF), 211130200 – IRRF de Terceiros – PF/PJ (R\$ 87,25, UG 220902 – Fundo de Saúde do CBMDF) e 211140200 – ISS Retenção (R\$ 116,33, UG 220902 – Fundo de Saúde do CBMDF), concernentes a retenção de impostos, cujo recolhimento encontra-se pendente.

6.1.10 em relação aos processos de Tomadas de Contas Especiais informados pelo CBMDF às fs. 01/98 dos autos, não vislumbramos fatos que possam influenciar a presente TCA. O mesmo ocorre no tocante aos Demonstrativos das TCEs encerradas, instauradas, e em andamento, juntados às fs. 122/243 do Processo nº 040.002.392/2001-apenso, em atendimento ao disposto no art. 14, § 1º, da Resolução n.º 102/98;

6.1.11 de acordo com o exposto nos subitens 5.3.2.2 e 5.3.3.2 desta Informação, os Processos n.ºs 728/2001 e 733/2001, respectivamente, apensados às presentes Contas, que tratam da ação fiscalizadora levada a efeito pela Divisão de Acompanhamento desta 1ª ICE, com base nos Relatórios do SISCOEX, encontram-se em condições de serem arquivados;

6.1.12 em relação ao Processo de TCE n.º 1275/2002, apenso, o seu arquivamento também pode ser autorizado pelo Tribunal, conforme já nos pronunciamos no subitem 5.3.8.2 desta Instrução;

6.1.13 O Processo nº 790/01 pode influenciar no sobrestamento do julgamento destas Contas, conforme assinalamos no subitem 5.2.4 desta

RUBRICA

Instrução. Entretanto, considerando que ainda restam algumas pendências a serem esclarecidas pelo CBMDF, deixaremos para propor tal sugestão somente após o cumprimento pela Unidade das respectivas diligências saneadoras, vez que, neste ínterim, poderão surgir fatos novos que alterem a condição motivadora de sobrestamento existente nos autos em epígrafe. Por fim, impende ressaltar que a presente TCA já se encontra com o seu julgamento de mérito sobrestado até a conclusão da TCE tratada no Processo n.º 657/2001, em razão da determinação contida no item VII da Decisão n.º 3186/2001 (fs. 168 e 169 dos autos), segundo mencionamos no subitem 5.3.7.3 desta Instrução.

7. SUGESTÃO:

Ante o exposto sugerimos, preliminarmente, ao Egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento da tomada de contas anual dos ordenadores de despesas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e do Fundo de Saúde do CBMDF, relativa ao exercício de 2000, bem como dos documentos acostados às fs. 1 a 98, 142 a 148, 174 a 189, 195, 200 a 211 dos autos;
- II. considerar satisfatória a apresentação das presentes Contas, não obstante a ausência do relatório do controle interno sobre a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, previsto no art. 140, inciso VII, do RI/TCDF;
- III. relevar, em caráter excepcional, as impropriedades apontadas pelo controle interno nos subitens III.2.3 e III.7.1 do Relatório de Auditoria n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD;
- IV. determinar ao CBMDF que, doravante, realize as suas aquisições de material por meio da Subsecretaria de Compras e Licitações da SEFP, bem como abstenha-se



RUBRICA

da realizar despesas sem prévio empenho, como forma de evitar a repetição das ocorrências citadas no item anterior destas sugestões;

V. determinar, ainda, àquela Jurisdicionada que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes medidas:

- a) encaminhe ao Tribunal, via Diretoria Geral de Patrimônio da SEFP, o Inventário Patrimonial da Unidade, relativo ao exercício de 2000, bem como informe as providências levadas a efeito para sanar as falhas apontadas pelo controle interno nos subitens III.1.1.7, III.1.1.8, III.1.1.9, III.1.1.10 e III.1.1.11 do Relatório de Auditoria n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD (fs. 436/472 do Processo n.º 040.002.392/2001-apenso);
- b) informe a esta Corte acerca das providências adotadas, com vistas ao saneamento das pendências contábeis apontadas pela Gerência de Tomada de Contas da SEFP nos subitens III.1.1.2, III.1.1.3, III.1.1.5, III.1.1.6, III.1.1.7, III.1.1.13, III.1.1.14, III.1.1.15, III.1.2.1, III.1.2.2 e III.1.2.3 do aludido relatório, referentes à falta de contabilização ou o registro intempestivo de alguns bens, direitos e obrigações no exercício de 2000, em desacordo com o preconizado nos arts. 61, 87, 88, 89, 93, 94, 95 e 105, § 5º, da Lei n.º 4.320/64, no art. 42 do Decreto n.º 16.098/94, no Decreto n.º 21.650, de 26.10.2000, e nos arts. 6º e 9º da Resolução n.º 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade, no que se refere aos princípios contábeis da oportunidade e da competência, respectivamente, encaminhando ao Tribunal, quando for o caso, os comprovantes das regularizações efetivadas;
- c) promova o levantamento de todos os casos em que ocorreu o fato mencionado pela Gerência de Tomada de Contas da SEFP, no subitem III.1.1.4 do Relatório de Auditoria n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD, com vistas ao ressarcimento das diferenças resultantes da falta de correção do valor das parcelas descontadas em folha de pagamento, atinentes a débitos de militares da Corporação, utilizando como indicadores, nos cálculos de atualização correspondentes, a UFIR e o INPC, consoante estabelecido, respectivamente, pela Lei distrital n.º



RUBRICA

1.118, de 21.06.96, e pela Lei Complementar n.º 435, de 27.12.2001;

- d) apresente justificativa para as ocorrências verificadas no subitem III.2.6 do aludido relatório do controle interno, atinentes a pagamentos efetuados a maior às empresas Bali Automóveis Ltda. e Brasília Motors Ltda., contratadas para executar serviços de revisão e reposição de peças em viaturas da Corporação, e, também, à firma INCOR – Instituto de Coração de Taguatinga, porquanto apresentaram faturas com preços superiores aos constantes das respectivas propostas e com cobranças em duplicidade. Informe, ainda, as medidas adotadas, com vistas ao ressarcimento dos danos causados ao erário, conforme preconizado na Resolução n.º 102/98 desta Corte;
- e) esclareça as ressalvas constantes dos subitens III.4.1, III.4.2, III.4.3 e III.4.5 do Relatório de Auditoria n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD, concernentes a impropriedades e irregularidades constatadas nos procedimentos de concessão de diárias e de ajuda de custo aos militares da Unidade que participaram de cursos, estágios, congressos e, ainda, de viagens de estudo e eventos esportivos no exterior, bem como informe, também, as providências levadas a efeito, objetivando o ressarcimento dos danos causados ao erário, em decorrência de eventuais pagamentos indevidos;
- f) proceda à análise das faturas telefônicas relativas ao exercício de 2000, objetivando a apuração dos valores atinentes a cobranças de serviços realizados em caráter particular ou que não se coadunem com a natureza da missão do Órgão, promovendo a identificação dos responsáveis, o correspondente ressarcimento ao erário e o encaminhamento a este Tribunal dos comprovantes das regularizações efetivadas;
- g) efetue o devido registro contábil da obrigação correspondente às multas de trânsito emitidas pelo DETRAN e pelo DER, em razão das infrações cometidas nos exercícios de 1996 a 2000, conforme relação constante do subitem III.6.4 do relatório retrocitado, bem como comprove junto a esta Corte o



RUBRICA

pagamento das referidas multas pelos respectivos motoristas infratores ou pelo titular do órgão setorial de transportes, conforme preconizado no subitem 3.1 da Portaria n.º 04/92 – SAT, de 05.02.92;

- h) encaminhe a esta Corte os processos relativos à concessão e ao pagamento das diárias mencionadas no subitem III.4.4 do Relatório de Auditoria n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD, para fins de apreciação do mérito do referido gasto, tendo em vista os fatos apontados pelo controle interno;
- i) aperfeiçoe os controles da movimentação e do consumo das viaturas de sua frota, a fim de evitar a repetição das falhas elencadas pela Gerência de Tomada de Contas da SEFP nos subitens III.6.1, III.6.2 e III.6.3 do relatório retromencionado;
- j) apresente esclarecimentos para a irregularidade constante do subitem III.7.2 do mesmo relatório, alusiva à utilização indevida dos recursos alocados aos Programas de Trabalho 06.122.0100.2712.0001 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, 06.122.0100.2713.0001 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e 06.122.0100.8502.0092 – Administração de Pessoal na realização de despesas com atividades finalísticas, em desacordo com as respectivas metas previstas na Lei Orçamentária Anual/2000;
- k) efetue a conciliação das contas contábeis 211130200 – IRRF de Terceiros – PF/PJ (UG 220104 – CBMDF), 211130200 – IRRF de Terceiros – PF/PJ (UG 220902 – Fundo de Saúde do CBMDF) e 211140200 – ISS Retenção (UG 220902 – Fundo de Saúde do CBMDF), com vistas à regularização dos saldos de impostos retidos no exercício de 2000, cujo recolhimento encontra-se pendente até a presente data;

VI.determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento que, na condição de organizadora das Contas em tela, encaminhe a esta Casa, no prazo de 60 (sessenta) dias, o pronunciamento, previsto no art. 140, inciso I, do RI/TCDF, no que tange à exatidão das receitas auferidas pelo Fundo de Saúde do CBMDF, no exercício de 2000;



RUBRICA

VII.determinar, também, à SEFP que, no mesmo prazo retrocitado, apresente justificativa para o fato de não ter apropriado, até o final do exercício de 2000, os rendimentos decorrentes da aplicação financeira, em fundo de curto prazo, dos recursos do Fundo de Saúde do CBMDF, o que resultou na divergência mencionada pelo controle interno no subitem III.1.1.1 do Relatório de Auditoria n.º 016/2002-GECET/DECON/SUAUD;

VIII.autorizar o arquivamento do Processo de TCE nº 1275/2002, apenso, bem como dos Processos nºs 728/2001 e 733/2001, também apensados a estas Contas, que tratam do resultado da ação fiscalizadora efetivada pela Divisão de Acompanhamento da 1ª ICE, com base nos Relatórios emitidos pelo Sistema Informatizado de Controle Externo – SISCOEX desta Corte;

IX. autorizar, ainda, o encaminhamento do Apenso n.º 040.002.392/2001 ao CBMDF, com vistas a possibilitar o atendimento às diligências propostas no itens V destas sugestões, alertando àquela Jurisdicionada quanto a necessidade de retorno do aludido processo a esta Corte, após o seu cumprimento.

À superior consideração.
Brasília-DF, 03 de dezembro de 2002.

PAULO EDUARDO VIEIRA
Analista de Finanças e Controle Externo